

Tipologias do Fenômeno Urbano





FICHA TÉCNICA

MINISTÉRIO DO DAS CIDADES

Ministro: Jader Fontenelle Barbalho Filho

Secretaria Nacional de Desenvolvimento Urbano e Metropolitano

Secretário Nacional: Carlos Roberto Queiroz Tomé Junior

Departamento de Adaptação das Cidades à Transição Climática e Transformação Digital

Diretor: Yuri Rafael Della Giustina

Coordenação-Geral de Adaptação das Cidades às Mudanças Climáticas

Coordenadora-Geral: Raquel Furtado Martins de Paula

Coordenação técnica

Ana Paula Bruno

Fernanda Capdeville Fajardo de Queiroz

Raquel Furtado Martins de Paula

Arte

Vinicius Lima Santiago

Assessoria técnica:

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE

Presidente: Marcio Pochmann

Diretoria-Executiva: Flavia Vinhaes Santos

Órgãos específicos singulares:

Diretoria de Pesquisas: Elizabeth Belo Hypolito

Diretoria de Geociências: Ivone Lopes Batista

Diretoria de Tecnologia da Informação: Marcos Vinicius Mazoni

Centro de Documentação e Disseminação de Informações: José Daniel Castro da Silva

Escola Nacional de Ciências Estatísticas: Paulo de Martino Jannuzzi

Unidade responsável

Diretoria de Geociências Coordenação de Geografia: Cayo de Oliveira Franco

Coordenação técnica:

Bruno Dantas Hidalgo

Evelyn Andrea Arruda Pereira



SUMÁRIO

| | |
|--|----|
| 1. INTRODUÇÃO | 6 |
| 2. CONCEITOS BÁSICOS | 8 |
| 2.1 Cidade | 8 |
| 2.2 Arranjos Populacionais | 9 |
| 2.3 Municípios não integrados | 9 |
| 2.4 Pequenas, Médias e Grandes Concentrações Urbanas | 9 |
| 3. METODOLOGIA – TIPOLOGIA EM ESCALA REGIONAL..... | 10 |
| 3.1. Definição do recorte espacial a ser classificado..... | 10 |
| 3.2. Adaptação das ligações e hierarquias urbanas da REGIC 2018 às Regiões Geográficas Intermediárias..... | 11 |
| 3.3. Classificação tipológica | 17 |
| 3.3.1. Nível de concentração da rede urbana..... | 17 |
| 3.3.2. A orientação da rede urbana como qualificador das Regiões Geográficas Intermediárias..... | 18 |
| 4. RESULTADOS – TIPOLOGIA EM ESCALA REGIONAL..... | 19 |
| 4.1. Resultados da tipologia em escala regional..... | 19 |
| 4.2. Exemplos de análises possíveis a partir da Tipologia em escala Regional..... | 22 |
| 5. METODOLOGIA – TIPOLOGIA EM ESCALA METROPOLITANA..... | 31 |
| 5.1. Definição do recorte espacial em escala Metropolitana a ser classificado na tipologia | 31 |
| 5.2. Seleção das variáveis para classificação | 37 |
| 5.2.1. Concentrações Urbanas e população das Regiões Metropolitanas | 37 |
| 5.2.2. Nível de integração das Regiões Metropolitanas | 37 |
| 5.3. Classificação tipológica | 41 |
| 6. RESULTADOS – TIPOLOGIA DE ESCALA METROPOLITANA..... | 43 |
| 7. METODOLOGIA – TIPOLOGIA EM ESCALA MUNICIPAL | 54 |
| 7.1. Definição do recorte espacial “Cidade” para definição da Tipologia em escala Municipal..... | 54 |
| 7.2. Seleção das variáveis para classificação e resultado | 54 |
| 7.3. Caracterização dos tipos e subtipos..... | 60 |
| 7.3.1. Hierarquia urbana, participação da população rural e distribuição por Unidades da Federação | 60 |
| 7.3.2. Recortes regionais, plano diretor e fragilidade dos Municípios | 63 |
| Referências..... | 68 |



Índice de Ilustrações

Figuras

| | |
|---|----|
| Figura 1 – Regiões Geográficas Intermediárias, de acordo com Divisão Regional do Brasil (2017) | 11 |
| Figura 2 – Arranjos Populacionais entre os estados do Pará, Maranhão, Tocantins, Piauí, Ceará, Pernambuco e Bahia | 15 |
| Figura 3 – Detalhes do Arranjo Populacional de Brasília/DF e entorno | 16 |
| Figura 4 – Tipologia de escala Regional segundo característica da rede urbana | 20 |
| Figura 5 – Tipologia de escala Regional segundo a proporção de ligações externas..... | 21 |
| Figura 6 – Distribuição das Regiões Metropolitanas consideradas na Tipologia em escala Metropolitana | 34 |
| Figura 7 – Distribuição dos Arranjos Populacionais em relação às Regiões Metropolitanas | 35 |
| Figura 8 – Tipologia de escala Metropolitana segundo três grandes tipos..... | 43 |
| Figura 9 – Tipologia em escala Metropolitana Subtipos RM 1A e 1B | 46 |
| Figura 10 – Tipologia em escala Metropolitana Subtipos 2A e 2B..... | 47 |
| Figura 11 – Tipologia em escala Metropolitana Subtipos 3A e 3B..... | 49 |
| Figura 12 – Tipologia em escala Municipal – cinco grandes tipos | 55 |
| Figura 13 – Tipologia em escala Municipal Subtipos CD 1A, 1B e 1C..... | 56 |
| Figura 14 – Tipologia em escala Municipal Subtipos CD 2A, 2B e 2C..... | 57 |
| Figura 15 – Tipologia em escala Municipal Subtipos CD 3A e 3B | 58 |
| Figura 16 – Tipologia em escala Municipal Subtipos CD 4A, 4B e 4C..... | 59 |

Quadros

| | |
|--|----|
| Quadro 1 – Exemplos de Regiões Geográficas Intermediárias classificadas de acordo com os eixos da Tipologia em escala Regional proposta..... | 22 |
| Quadro 2 – Tipos segundo presença de Concentrações Urbanas e quantidade de habitantes da Região Metropolitana | 37 |
| Quadro 3 – Nível de integração das Regiões Metropolitanas..... | 41 |
| Quadro 4 – Tipologia de escala Metropolitana..... | 42 |
| Quadro 5 – Tipologia em escala Municipal | 60 |

Tabelas

| | |
|--|----|
| Tabela 1 – Tipologia em escala Regional por Regiões Geográfica Intermediárias segundo características das ligações das Cidades e classificação de característica e orientação da rede urbana | 25 |
| Tabela 2 – Participação de Municípios em Regiões Metropolitanas | 36 |
| Tabela 3 – Participação dos Arranjos Populacionais (APs) nas Regiões Metropolitanas (RM)..... | 36 |
| Tabela 4 – Quantidade de Regiões Metropolitanas (RM) por tipos | 44 |
| Tabela 5 – Municípios (quantidade e percentual) por participação em Regiões Metropolitanas (RM) e tipos..... | 44 |
| Tabela 6 – População total, urbana e rural dos Municípios por participação em Região Metropolitana (RM) e tipos | 44 |
| Tabela 7 – Percentual de núcleos de Regiões Metropolitanas (RM) por tipos e hierarquia urbana | 45 |



| | |
|--|----|
| Tabela 8 – Tipologia em escala metropolitana por Regiões Metropolitanas segundo características das ligações das Cidades e classificação de características de integração e concentração urbana/populacional | 50 |
| Tabela 9 – Percentual de Municípios por tipos e hierarquia urbana..... | 61 |
| Tabela 10 – Participação da população rural segundo subtipos em escala municipal..... | 62 |
| Tabela 11 – Distribuição percentual dos tipos segundo Unidades da Federação..... | 63 |
| Tabela 12 – Percentual de Municípios brasileiros por subtipo, segundo divisões regionais | 64 |
| Tabela 13 – Percentual de Municípios com Plano Diretor segundo Tipos e Subtipos | 65 |
| Tabela 14 – Percentual dos Municípios de acordo com Indicadores de Fragilidade dos Municípios (IPEA)..... | 66 |



1. INTRODUÇÃO

Este relatório apresenta insumos elaborados para apoiar a formulação, a implementação, o monitoramento e a avaliação da Política Nacional de Desenvolvimento Urbano – PNDU. O conteúdo é um dos resultados do arranjo colaborativo firmado entre o Ministério do Desenvolvimento Regional – MDR, o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA e o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE.

A Política Nacional de Desenvolvimento Urbano tem como objetivos reduzir desigualdades socioespaciais e induzir padrões sustentáveis de desenvolvimento urbano em diferentes escalas territoriais. Para alcançar esses objetivos, a PNDU propõe uma leitura do urbano brasileiro a partir de três níveis de análise: o Municipal, o Metropolitano e o Regional (MDR, 2021)¹. A leitura independente ou combinada desses níveis permite compreender especificidades e dinâmicas que se manifestam em distintas escalas do fenômeno urbano. São leituras relevantes e necessárias para o desenho de programas e ações de desenvolvimento urbano em nível nacional.

Ou seja, a PNDU busca compreender as Cidades brasileiras além dos limites municipais: busca explicitar e valorizar interdependências e papéis que não são revelados na estrita observação do nível local. Trata-se, portanto, de reconhecer na Política Urbana a relevância do fato metropolitano e da função articuladora das Cidades no território. Essas conformações ampliam a percepção de especificidades e contribui para que os entes federativos estruturem ações conjuntas para implantarem diferentes políticas públicas.

Ao considerar também a escala regional, busca ainda fortalecer o contato entre a Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR) (Decreto nº 9.810/2019) e a Política Nacional de Desenvolvimento Urbano (PNDU), em elaboração. De forma específica, busca oferecer elementos para “consolidar uma rede policêntrica de cidades” (Art. 3º, II), objetivo da PNDR alinhado aos objetivos da PNDU.

A PNDU propõe uma visão de território que também considera esses três níveis, com base em Tipologias em escala Municipal, Metropolitana e Regional. Todas se baseiam em uma lógica de “tipologias dinâmicas”, uma vez que: 1) congregam as escalas e elementos estruturantes do território urbano para delimitar “tipos”; e 2) permitem associar aos tipos elementos qualificadores para obter um recorte específico e desejado para cada área e/ou políticas pretendidas. Os qualificadores permitem apreciar de forma particularizada cada Município ou Cidade² e sua organização em grupos por características selecionadas. Com

¹ A PNDU também considera as escalas intraurbana e de vizinhança. Essas escalas, de caráter mais local, não foram incluídas neste estudo tipológico para a PNDU.

² Na rede urbana apresentada na pesquisa Regiões de Influência das Cidades 2018 (IBGE, 2020(a)), Cidades são compostas por Municípios não participantes de Arranjo Populacional ou por agrupamentos de Municípios muito integrados por contiguidade de manchas urbanizadas ou por deslocamentos pendulares para trabalho e estudo. Mais informações no item 3.2 deste relatório.



isso, pretende-se: a) orientar as agendas programáticas das políticas públicas urbanas; b) orientar as escolhas e facilitar a implementação de instrumentos da política urbana, considerando grupos de Cidades com problemas similares; e c) estimular a cooperação interfederativa para ações de governança, gestão, assistência técnica, capacitação, atuação em rede etc (MDR,2021).

No nível mais alto, a **Tipologia em escala Regional** considera como recorte territorial as Regiões Geográficas Intermediárias (IBGE, 2017) e envolve dois eixos de análise: o primeiro determina os cinco tipos da escala regional, enquanto o segundo os qualifica. O primeiro eixo examina a concentração da rede urbana das regiões em termos de oferta e procura por bens e serviços. Para isso, analisa cada região internamente com base no nível de polarização das Cidades de maior hierarquia urbana. No geral, regiões de rede urbana muito concentrada têm poucas Cidades que suprem demandas regionais por acesso a serviços mais complexos, os quais frequentemente ficam restritos à Cidade-polo³. Já nas regiões com rede urbana mais distribuída, outras Cidades de hierarquia intermediária também atuam como fornecedoras de bens e serviços. O segundo eixo considera a orientação da rede urbana para qualificar os tipos. Para isso, analisa se os núcleos de cada região têm capacidade de atender às demandas por bens e serviços de quem reside na região. A avaliação leva em conta se há reduzida ou nenhuma necessidade de deslocamento para outras regiões (grau de endogenia / exogenia das regiões).

No nível intermediário, a **Tipologia na escala Metropolitana** parte da análise da Cidade enquanto espaço dinâmico. Um espaço que concentra fixos e fluxos que muitas vezes extrapolam os territórios municipais. Exemplos disso são: a) pessoas que se deslocam entre Municípios para trabalhar e estudar; b) Municípios vizinhos que compartilham estruturas e sistemas de transporte; e c) Municípios vizinhos cujas áreas urbanizadas são contíguas. Considera-se, portanto, que diversos Municípios do País têm uma dinâmica urbana integrada. Quanto mais essa integração é acentuada, maiores são os desafios para a gestão desses espaços por cada Município isoladamente. Isso porque há problemas comuns que não podem ser resolvidos com intervenção em apenas um dos Municípios envolvidos. Dessa forma, mecanismos de governança tornam-se essenciais para formular e implementar políticas públicas em espaços urbanos dessa natureza. Considerando isso, os objetivos da tipologia em escala Metropolitana são: 1) identificar onde estão esses Municípios vizinhos com grande integração ou com indicações de compartilharem desafios de gestão em comum; e 2) classificá-los de acordo com parâmetros estruturantes, como o porte populacional e o nível de integração entre os Municípios.

³ Cidade-polo é a Cidade de maior hierarquia urbana em uma Região Geográfica Intermediária.



A Tipologia em escala Metropolitana usa como recorte territorial os agrupamentos de Municípios legalmente instituídos – as Regiões Metropolitanas (RM), as Aglomerações Urbanas (AU) e as Regiões Administrativas Integradas de Desenvolvimento (RIDE). A escolha desse recorte supramunicipal considerou uma determinação legal: os Municípios destes grupamentos devem planejar e gerir conjuntamente funções públicas de interesse comum, podendo envolver também outros entes da federação (BRASIL, 2015).

Os Agrupamentos em escala Metropolitana foram classificados em três tipos, de acordo com a presença de Concentrações Urbanas e o porte populacional (IBGE, 2016). Os três tipos subdividem-se internamente em dois conjuntos, de acordo com o nível de integração: 1) agrupamentos cujos Municípios são efetivamente integrados; e 2) agrupamentos com pouca integração intermunicipal. Considerando todos os critérios e suas particularidades, os três tipos de Regiões Metropolitanas desdobram-se em seis subtipos. A metodologia usada se alinha à diretriz da PNDU em elaboração, que prevê estabelecer tipologias de escalas do urbano ancoradas fundamentalmente em características estruturantes do território. Assim, as tipologias podem ser apropriadas de forma diversa pelas políticas setoriais por meio de variáveis qualificadoras.

No nível mais imediato, a **Tipologia em escala Municipal** considera todos os Municípios do País e os classifica de forma contextualizada, considerando dois critérios: 1) integração em relação a outros Municípios, ou seja, se participam ou não nos Arranjos Populacionais; e 2) porte populacional da Cidade que participam, ou seja, se estão em Grandes e Médias Concentrações Urbanas ou Pequenas Concentrações Populacionais.

Além da introdução, este relatório apresenta as metodologias usadas para definir as Tipologias em escala Municipal, Metropolitana e Regional. Também detalha as tipologias, as variáveis utilizadas e as classes tipológicas estabelecidas. Os resultados do trabalho são expostos com alguns exemplos, para auxiliar na análise do território e mostrar os usos possíveis da lógica "dinâmica" das tipologias em políticas públicas urbanas.

2. CONCEITOS BÁSICOS

2.1 Cidade

O conceito de Cidade adotado neste relatório se alinha ao do estudo "Região de Influência das Cidades" (IBGE, 2018). Nesse sentido, não se confunde com a definição trazida pelo Decreto-Lei 311/1.938, normativo publicado ainda antes do País se tornar majoritariamente urbano.



No conceito aqui adotado, as Cidades são unidades territoriais que podem ser conformadas por apenas um Município ou por mais de um Município. No caso de apenas um Município, trata-se de Município não integrado. No caso de mais de um Município, trata-se de um Arranjo Populacional.

2.2 Arranjos Populacionais

Os Arranjos Populacionais definidos pelo IBGE (2016) são agrupamentos de dois ou mais Municípios com forte integração. Essa situação se verifica pelos deslocamentos pendulares de pessoas para trabalhar ou estudar e/ou por conta da contiguidade entre as áreas urbanizadas dos Municípios. A metodologia para identificar os arranjos no estudo de 2016 considerou a "proximidade espacial" e a "proximidade organizacional". Isso permitiu apreender uma outra forma de organização do espaço, a qual não encerra as relações sociais e econômicas aos limites territoriais do Município. Os Arranjos Populacionais foram definidos por meio de critério padronizado aplicado a todo o País, o que permite um retrato estrutural da integração municipal no território.

2.3 Municípios não integrados

Municípios não integrados são aqueles que não fazem parte de Arranjos Populacionais. Portanto, por si sós conformam uma Cidade.

2.4 Pequenas, Médias e Grandes Concentrações Urbanas

Conforme definido na publicação Arranjos Populacionais e Concentrações Urbanas (IBGE, 2016), as Cidades (Arranjos Populacionais e Municípios não integrados) com até 100 mil habitantes possuem pequena concentração populacional. Acima dessa quantidade de população, os Arranjos Populacionais ou Municípios não integrados são classificados como Concentrações Urbanas, pois "possuem a urbanização como principal processo indutor da integração dos Municípios" (IBGE, 2016, p. 35). As Concentrações Urbanas, por sua vez, são divididas entre as Médias, que possuem de 100 a 750 mil habitantes, e as Grandes, com população acima de 750 mil.



3. METODOLOGIA – TIPOLOGIA EM ESCALA REGIONAL

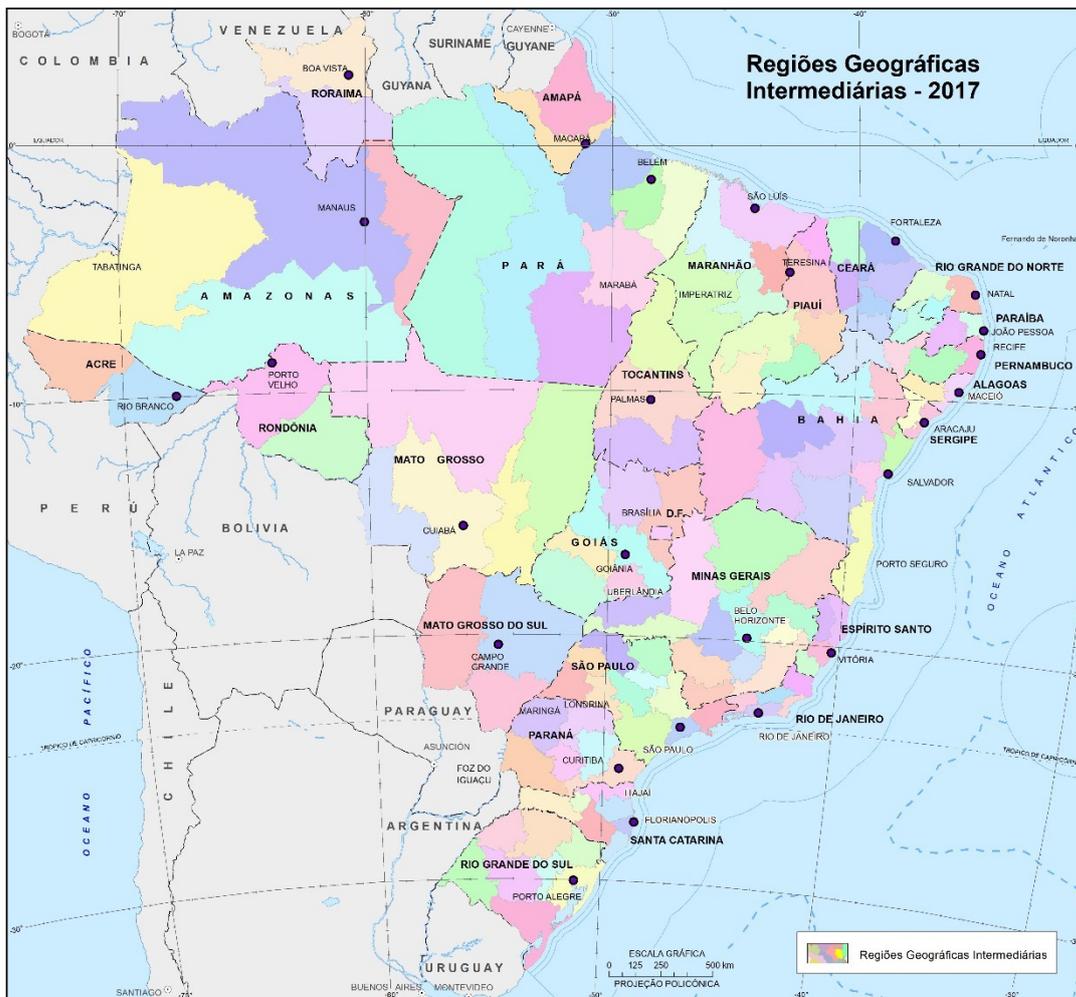
3.1. Definição do recorte espacial a ser classificado

A unidade espacial adotada para construção da tipologia em escala regional foram as Regiões Geográficas Intermediárias, segundo a publicação *Divisão Regional do Brasil em Regiões Geográficas Imediatas e Regiões Geográficas Intermediárias* (IBGE, 2017). À época, a publicação buscou atualizar o quadro regional nacional, representado até então pelas Mesorregiões e Microrregiões Geográficas (1990). A atualização pretendeu adequar a regionalização ao crescente processo de diferenciação interna do território brasileiro vivenciado nas décadas anteriores. O propósito do estudo foi, portanto, fornecer subsídios atualizados para a operação e divulgação estatística, bem como para o planejamento territorial, com vistas a auxiliar órgãos estaduais e federais.

Conforme descrito na sua metodologia, as Regiões Geográficas Intermediárias utilizaram como base para sua delimitação: a) características da rede urbana, b) gestão do território e c) hierarquia dos centros urbanos. Em grande parte, esses critérios se fundamentaram na pesquisa *Regiões de Influência das Cidades em sua versão 2007* (IBGE, 2008), a mais recente quando a regionalização foi atualizada. Buscou-se, preferencialmente, delimitar as Regiões Geográficas Intermediárias incluindo Metrôpoles ou Capitais Regionais. Na ausência destas, a delimitação partiu da rede urbana de Cidades-polo estabelecidas por centros urbanos representativos⁴.

Como resultado, o Brasil foi dividido em 133 Regiões Geográficas Intermediárias, que respeitam os limites administrativos estaduais e do Distrito Federal (ver Figura 1).

⁴ Nos casos das definições de Regiões Geográficas sem Metrôpoles ou Capitais Regionais, os limites também se basearam em diálogo com entidades estaduais de planejamento. Exemplo: Associação Nacional das Instituições de Planejamento, Pesquisa e Estatística – ANIPES.



Fonte: IBGE (2017)

Figura 1 – Regiões Geográficas Intermediárias, de acordo com Divisão Regional do Brasil (2017)

Há uma evidente vantagem em adotar, como unidade espacial de análise, uma regionalização coincidente com os limites das unidades federativas e grandes regiões: auxiliar no processo de planejamento territorial. Apesar disso, alguns desafios se apresentam, e para solucioná-los foram necessárias algumas adequações.

3.2. Adaptação das ligações e hierarquias urbanas da REGIC 2018 às Regiões Geográficas Intermediárias

A rede urbana brasileira segundo a pesquisa REGIC (IBGE, 2020(a)) está estruturada em duas dimensões: 1) a hierarquia dos centros urbanos, dividida em cinco níveis principais (Metrópoles, Capitais Regionais, Centros Sub-Regionais, Centros de Zona e Centros Locais); e 2) as regiões de influências, identificadas pela ligação das Cidades de menor para as de maior hierarquia urbana. O elo final de cada rede são as Metrópoles, para onde convergem as vinculações de todas as Cidades do Território Nacional. Para estabelecer as hierarquias e



convergem as vinculações de todas as Cidades do Território Nacional. Para estabelecer as hierarquias e as regiões de influência são apuradas duas características: a) os sentidos de deslocamento de pessoas em busca de bens e serviços fora dos Municípios em que residem⁵; e b) as ligações entre sedes e filiais de empresas e instituições públicas multilocalizadas⁶.

As Regiões Geográficas Intermediárias foram definidas como recorte em escala regional a ser classificado na tipologia. Ocorre que, em grande medida, seus limites foram definidos com base no quadro de rede urbana anterior, proveniente da REGIC 2007 (IBGE, 2017; IBGE, 2008). Ao longo dos anos, a rede urbana tende à estabilidade, e a grande maioria das Cidades mantém seus níveis hierárquicos. Apesar disso, escolher as Regiões Geográficas Intermediárias como recorte territorial impôs um primeiro e duplo desafio: em primeiro lugar, atualizar as Cidades-polo das Regiões Geográficas Intermediárias com as informações da REGIC 2018; e, em segundo lugar, atualizar a rede de ligações estabelecidas com as Cidades-polo. (IBGE, 2020(a)).

Outro desafio tem relação com a unidade espacial de rede urbana da REGIC 2018: as Cidades, que podem ser formadas por um único Município ou por mais de um. No primeiro caso, estamos falando de Municípios não integrados, e no segundo, de Arranjos Populacionais (verificar definições na seção 2). A classificação hierárquica da REGIC (que indica quais são as Metrôpoles, Capitais Regionais, Centros Sub-Regionais, Centros de Zona e Centros Locais) é realizada para a Cidade como um todo, e não para cada Município. Ocorre que diversos Arranjos Populacionais ultrapassam os limites das Unidades da Federação, ocupando simultaneamente duas Regiões Geográficas Intermediárias.

A classificação da tipologia em escala regional foi baseada em dois critérios: a concentração/distribuição da rede urbana e a orientação da rede urbana (predominantemente endógena ou exógena à região). Para isso, o passo inicial foi estabelecer a Cidade-polo para cada uma das regiões, ou seja, a(s) Cidade(s) de maior hierarquia urbana em cada região. Esse trabalho considerou três critérios: a) o nível hierárquico da Cidade-polo; b) a estrutura das ligações entre Cidades segundo a REGIC 2018; e c) a composição de Municípios de cada região segundo o recorte de Região Geográfica Intermediária estabelecida pela Divisão Regional do Brasil em Regiões Geográficas (IBGE, 2017).

Como resultado, de 133 Regiões Geográficas Intermediárias:

⁵ Para apurar os deslocamentos da população local em busca de produtos e serviços oferecidos em outras Cidades, foi aplicado um questionário com três informantes nos Municípios brasileiros. Essas pessoas eram vinculadas à prefeitura municipal e outras instituições de interesse, como agência dos Correios e cartórios de registro civil. A partir das respostas ao questionário, cada Município foi associado a um conjunto de destinos. Os destinos foram avaliados quanto à proporção de deslocamentos informados nos questionários, e as motivações dos deslocamentos foram sistematizadas em nove temas: 1) compras de vestuário e calçados; 2) compra de móveis e eletrodomésticos; 3) acesso a serviços de saúde de baixa e média complexidades; 4) acesso de serviços de saúde de alta complexidade; 5) curso de nível superior; 6) atividades culturais; 7) atividades esportivas; 8) acesso a aeroportos; e 9) origem dos jornais impressos circulantes no Município. Foi agregado, como décimo tema, os principais destinos dos transportes públicos coletivos. Para mais detalhes sobre a metodologia da pesquisa, consulte-se a publicação Regiões de Influência das Cidades 2018 (IBGE, 2020(a)).

⁶ As sedes e filiais de empresas multilocalizadas são obtidas pelo Cadastro Central de Empresas – CEMPRES.

- 
- 101 regiões (76%) apresentaram apenas uma Cidade-polo, e esta coincide com a denominação da região. Nestas regiões, foram consideradas:
 - o Ligações diretas: Cidades que tiveram a Cidade-polo como destino;
 - o Ligações indiretas: Cidades que tinham como destino outras Cidades que se ligavam à Cidade-polo; e
 - o Ligações externas: Cidades cujo destino principal não se direcionava nem direta nem indiretamente à Cidade-polo, mas a uma Cidade de fora da região;
 - 16 regiões apresentaram mais de uma Cidade-polo⁷ (de 2 a 4 Cidades de mesma hierarquia como a maior da região). Em três casos a nomenclatura da região menciona mais de um polo, e as demais mencionam apenas um dos polos. Foram consideradas Cidades-polo todas as Cidades de maior hierarquia, com as respectivas ligações diretas e indiretas. Foram consideradas ligações externas os casos de Cidades da região sem destino principal a nenhuma das Cidades-Polo;
 - 5 Regiões Geográficas Intermediárias⁸ recebem denominação diversa da Cidade de maior hierarquia, ou mencionam duas Cidades quando apenas uma possui a maior hierarquia. Apesar da denominação, a Cidade-polo adotada foi apenas a de maior hierarquia segundo a REGIC 2018, seguindo o procedimento de ligações diretas, indiretas e externas dos casos anteriores;
 - 3 regiões⁹ não apresentaram Cidade-polo, contendo apenas Centros Locais segundo a REGIC 2018. Conceitualmente, Centros Locais se ligam a Cidades de maior hierarquia urbana e, portanto, as ligações dessas regiões são todas externas. As três regiões receberam uma classe específica, denominada "regiões sem polarização interna", e 100% das suas ligações foram consideradas exógenas;
 - 8 Regiões Geográficas Intermediárias¹⁰ apresentaram como Cidade de maior hierarquia Arranjos Populacionais divididos, seja pelos limites estaduais (7 casos), seja pelo limite da própria região (um caso). A solução foi adotar o Arranjo Populacional limítrofe como Cidade-polo apenas quando o componente da Região 13

⁷ As Regiões Intermediárias que apresentam mais de uma Cidade-polo são: Ji-Paraná/RO, Parintins/AM, Santa Inês-Bacabal/MA, Quixadá/CE, Caicó/RN, Barbacena/MG, Pouso Alegre/MG, São Matheus/ES, Macaé-Rio das Ostras-Cabo Frio/RJ, Araraquara/SP, Blumenau/SC, Ijuí/RS, Santa Cruz do Sul-Lajeado/RS, Corumbá/MS, Cáceres/MT, Rio Verde/GO.

⁸ São respectivamente as Regiões Intermediárias de Tefé/AM (Cidade-polo Tabatinga), Corrente-Bom Jesus/PI (Cidade-polo Bom Jesus), Sousa-Cajazeiras/PB (Cidade-polo Cajazeiras), Ilhéus-Itabuna/BA (Cidade-polo Itabuna), Porangatu-Uruaçu/GO (Cidade-polo Arranjo Populacional de Ceres-Rialma/GO).

⁹ As Regiões Intermediárias de Lábrea/AM, Rorainópolis-Caracarái/RR, Oiapoque-Porto Grande/AP.

¹⁰ Quebra de Arranjo Populacional em diferentes Unidades da Federação: Regiões Intermediárias de Caxias/MA, Presidente Dutra/MA, Petrolina/PE, Juazeiro/BA, Varginha/MG, Caxias do Sul/RS, São Luís de Montes Belos-Iporá/GO, Luziânia-Águas Lindas de Goiás/GO. Quebra de Arranjo Populacional em diferentes Regiões Geográficas Intermediárias: Porto Alegre/RS - Caxias do Sul/RS.



Geográfica Intermediária é o núcleo principal ou subnúcleo do Arranjo Populacional¹¹ em questão; nos casos em que o Município participante da região era integrante do Arranjo Populacional sem ser núcleo principal ou subnúcleo, foi adotado como polo a segunda Cidade de maior hierarquia na região. No próximo item desta metodologia, exemplos esclarecem melhor estes casos.

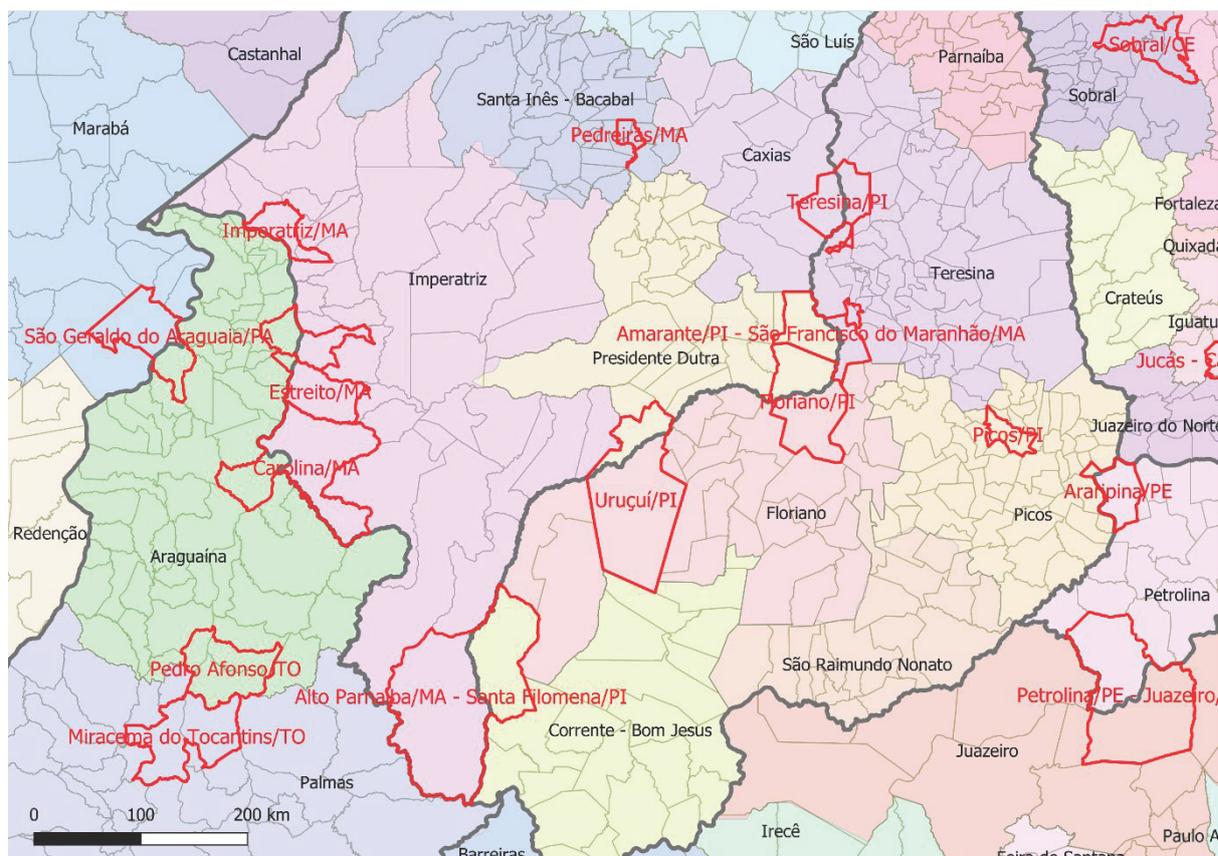
Após determinar as Cidades-polo para todas as Regiões Geográficas Intermediárias, foi necessário estabelecer um procedimento para os casos de Arranjos Populacionais divididos em duas regiões, sem envolvimento das Cidades-polo. O perfil encontrado desses Arranjos Populacionais e suas Regiões Geográficas Intermediárias foi o seguinte:

- 37 Arranjos Populacionais são divididos em duas Regiões Geográficas Intermediárias, todos entre limites de Unidades da Federação exceto por um, que ocorre no interior de um mesmo Estado (caso do Arranjo Populacional de Porto Alegre/RS, com um Município participante da Região Geográfica Intermediária de Caxias do Sul e os demais da Região Geográfica Intermediária de Porto Alegre);
- 44 Regiões Geográficas Intermediárias dividem pelo menos um Arranjo Populacional com outras regiões. Ao todo, são 33% das 133 regiões nas quais o País está dividido, o que mostra a relevância desse fenômeno não apenas na adaptação metodológica para esta tipologia, mas para todas as políticas públicas que adotem as Regiões Geográficas Intermediárias como unidade espacial, sobretudo políticas urbanas voltadas para estas Cidades.

Para estes casos, os Arranjos Populacionais presentes em mais de uma região foram contabilizados como uma Cidade em cada uma das regiões que participam, havendo enquadramento da sua ligação como direta, indireta ou externa adaptada a cada região que o Arranjo Populacional integra.

¹¹ São considerados núcleos principais para esta metodologia os Municípios que compõem Arranjos Populacionais classificados como núcleos na publicação dos Arranjos Populacionais e Concentrações Urbanas do Brasil (IBGE, 2016): o Município mais populoso integrante de um Arranjo Populacional ou aqueles com grande população (até metade da população do Município mais populoso do arranjo) e capitais de Estado que integram arranjos. Os subnúcleos são Municípios integrantes de Arranjos Populacionais que não são núcleos principais e foram citados como destino principal para acesso a serviços de habitantes de outros Municípios, de acordo com o questionário da pesquisa REGIC 2018, ou aqueles que apresentaram elevado nível de Gestão do Território segundo a mesma pesquisa – especificamente aqueles em que os questionários desta pesquisa não foram aplicados (IBGE, 2020(a)).

Exemplos da adaptação de Arranjos Populacionais às Regiões Geográficas Intermediárias



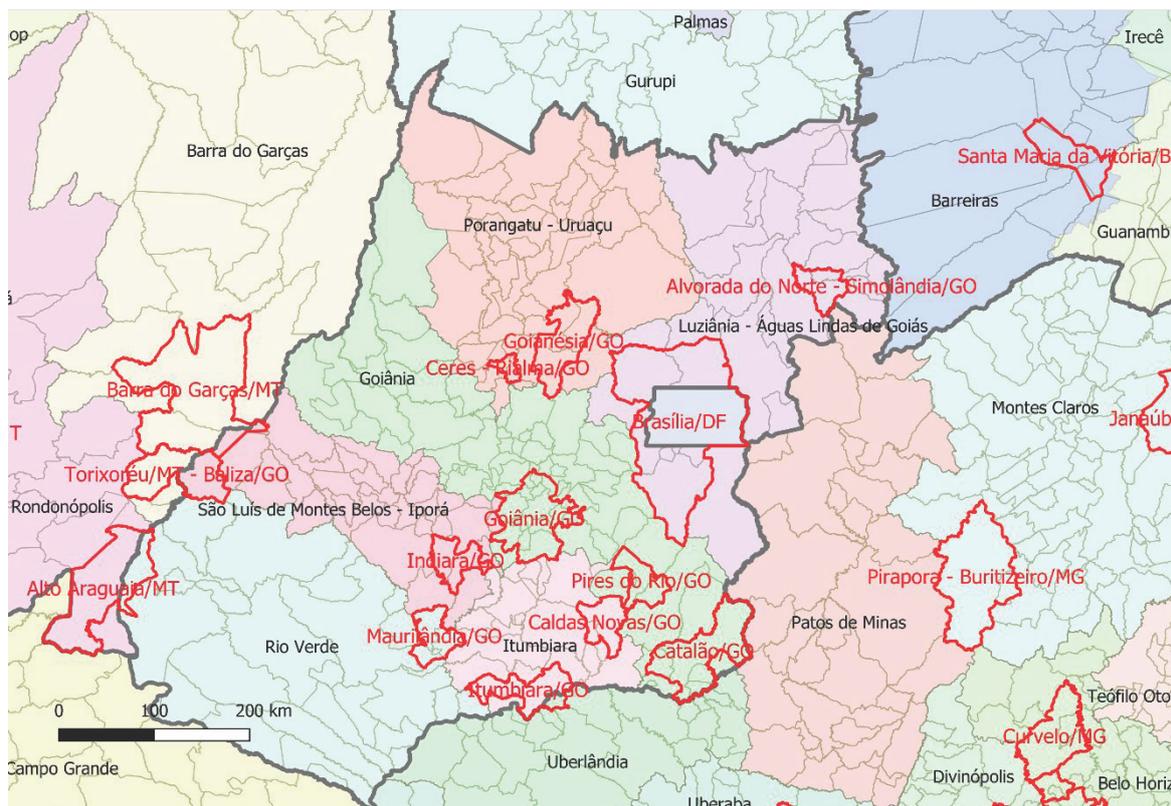
Fontes: IBGE (2016, 2017)

Figura 2 – Arranjos Populacionais entre os estados do Pará, Maranhão, Tocantins, Piauí, Ceará, Pernambuco e Bahia

As Regiões Geográficas Intermediárias entre os Estados do Maranhão, Piauí, Tocantins apresentam abundantes exemplos de Arranjos Populacionais que ultrapassam os limites estaduais. Na Figura 2, destacam-se os limites dos Arranjos Populacionais em vermelho, assim como as respectivas denominações, e as Regiões Geográficas Intermediárias coloridas e nomeadas em preto. Há Arranjos Populacionais restritos ao próprio Estado (como Imperatriz/MA, Pedreiras/MA e Picos/PI), Arranjos Populacionais divididos entre unidades federativas que não envolvem Cidades-polo (como Alto Paraíba/MA-Santa Filomena/PI, pertencente às Regiões de Imperatriz e Corrente-Bom Jesus) e por fim os que envolvem Cidades-polo. Exemplo desse último caso ocorre com o Arranjo Populacional de Teresina/PI, que abrange o Município de Teresina (PI) (parte da Região Geográfica Intermediária de mesmo nome) e o Município maranhense de Timon (MA) (parte da região de Caxias). A Cidade de maior hierarquia da região de Caxias é o Arranjo Populacional de Teresina/PI, Capital Regional A, que participa da região de Caxias através de Timon (MA), hierarquia maior que a da Cidade de Caxias (MA), Centro Sub-Regional A. No entanto, como

Timon (MA) não é núcleo do Arranjo Populacional de Teresina/PI, passou-se a considerar Caxias (MA) como a Cidade de maior hierarquia de sua região, sendo as ligações desta região para o Arranjo Populacional de Teresina/PI classificadas como externas.

Já no Arranjo Populacional de Petrolina/PE - Juazeiro/BA, também dividido entre as Regiões Geográficas Intermediárias de Petrolina e Juazeiro, os dois Municípios que compõem o Arranjo Populacional são núcleos. Deste modo, a Cidade-polo das duas regiões foi considerada o Arranjo Populacional de Petrolina/PE - Juazeiro/BA (que é uma Capital Regional C), e todas as ligações para esta Cidade nas duas regiões foram consideradas internas.



Fontes: IBGE (2016, 2017)

Figura 3 - Detalhes do Arranjo Populacional de Brasília/DF e entorno

O Arranjo Populacional de Brasília/DF, visualizado na Figura 3, excede consideravelmente a Região Geográfica Intermediária de Brasília. Enquanto esta é composta apenas pelo Distrito Federal, o Arranjo Populacional conta com oito Municípios goianos, todos pertencentes à Região Geográfica Intermediária de Luziânia - Águas Lindas de Goiás. Como entre eles há Planaltina (GO), subnúcleo do Arranjo Populacional de Brasília/DF, este foi considerado a Cidade de maior hierarquia tanto da Região Geográfica Intermediária de Brasília quanto da Região Geográfica Intermediária de Luziânia - Águas Lindas de Goiás, e as ligações das Cidades desta região para o Arranjo Populacional de Brasília foram classificadas como internas, podendo ser diretas ou indiretas.



3 Classificação tipológica

A classificação tipológica das regiões se baseou nos eixos de característica da rede urbana (concentrada / distribuída) e orientação da rede urbana (endogenia / exogenia). Para isso, o primeiro passo foi enquadrar como se dá a ligação entre cada uma das Cidades pertencentes às regiões e seus destinos. Foram estabelecidos quatro tipos de ligações de rede urbana:

- **Ligações diretas:** Cidades que possuem como destino principal de busca de bens e serviços a(s) Cidade(s)-polo da Região Geográfica Intermediária; 17
- **Ligações indiretas:** Cidades que possuem como destino principal outras Cidades que se ligam ao(s) polo(s), estando vinculadas a este(s) indiretamente;
- **Ligações externas:** Cidades cujo destino principal é externo à Região Geográfica Intermediária;
- **Polo:** Cidade(s) de maior hierarquia da Região Geográfica Intermediária à qual pertence. Sua ligação é desconsiderada para o cálculo dos eixos da tipologia em escala regional, uma vez que necessariamente é externa ou inexistente (no caso das Metrôpoles).

3.3.1. Nível de concentração da rede urbana

Para calcular a concentração da rede urbana das Regiões Geográficas Intermediárias, foram consideradas duas variáveis: 1) a proporção das ligações indiretas em relação às diretas para a Cidade-polo e b) o percentual de Cidades com hierarquia superior a Centro Local – o nível hierárquico mais elementar da rede urbana segundo a REGIC. Quanto mais os Centros Locais se ligam de modo indireto às Cidades-polo da região, a tendência é haver mais centros com capacidade de ofertar serviços mais complexos à população regional que necessita buscá-los fora do seu Município de origem. A mesma lógica se aplica à presença de Cidades de hierarquia intermediária (Capitais Regionais, Centros Sub-Regionais e Centros de Zona) além da Cidade-polo em uma dada Região Geográfica Intermediária. Por outro lado, quanto mais os Centros Locais forem diretamente atraídos pela Cidade-polo e quanto menor for a proporção de Cidades de hierarquias intermediárias na região, menor serão as opções de acesso a serviços na região e possivelmente a Cidade-polo concentrará o oferecimento de serviços complexos à população dispersa, com tendência à polarização e consequente concentração da rede urbana. As classes tipológicas elaboradas para as Regiões Geográficas Intermediárias são as seguintes:

- **Rede urbana muito distribuída:** característica das Regiões Geográficas Intermediárias que apresentaram valor acima de um desvio médio da resultante padronizada das variáveis;



significa grande distribuição do acesso a bens e serviços entre as Cidades de hierarquia urbana intermediária e a(s) Cidade(s)-polo;

- **Rede urbana distribuída:** característica das Regiões Geográficas Intermediárias com valor entre zero e um desvio médio da resultante padronizada das variáveis; significa uma distribuição relativa de bens e serviços nas Cidades de hierarquia intermediária, embora haja alguma concentração em torno da(s) Cidade(s)-polo;
- **Rede urbana concentrada:** característica das Regiões Geográficas Intermediárias com valor entre zero e um desvio médio negativo da resultante padronizada das variáveis; significa uma concentração da busca de bens e serviços da população de suas Cidades em torno da(s) Cidade(s)-polo, embora haja alguma busca em Cidades de hierarquia urbana intermediária; 18
- **Rede urbana muito concentrada:** característica das Regiões Geográficas Intermediárias que apresentaram valor abaixo de um desvio médio negativo da resultante padronizada das variáveis; significa grande concentração da busca de bens e serviços da população de suas Cidades em torno da(s) Cidade(s)-polo
- **Sem polarização interna:** característica das Regiões Geográficas Intermediárias que apenas possuem Cidades classificadas como Centro Local, isto é, o nível mais elementar da hierarquia urbana. Nesses casos, 100% das Cidades buscam bens e serviços em Cidades fora da sua Região. São regiões mais expostas às dinâmicas externas.

3.3.2. A orientação da rede urbana como qualificador das Regiões Geográficas Intermediárias

A variável considerada para qualificar a orientação da rede urbana foi o percentual de ligações externas das Cidades de cada Região Intermediária.

- **Endógenas:** característica das Regiões Geográficas Intermediárias que apresentaram 50% ou mais de suas Cidades ligadas a destinos internos;
- **Exógenas:** característica das Regiões Geográficas Intermediárias que apresentaram mais que 50% de suas Cidades com destino principal externo à região.



4. RESULTADOS – TIPOLOGIA EM ESCALA REGIONAL

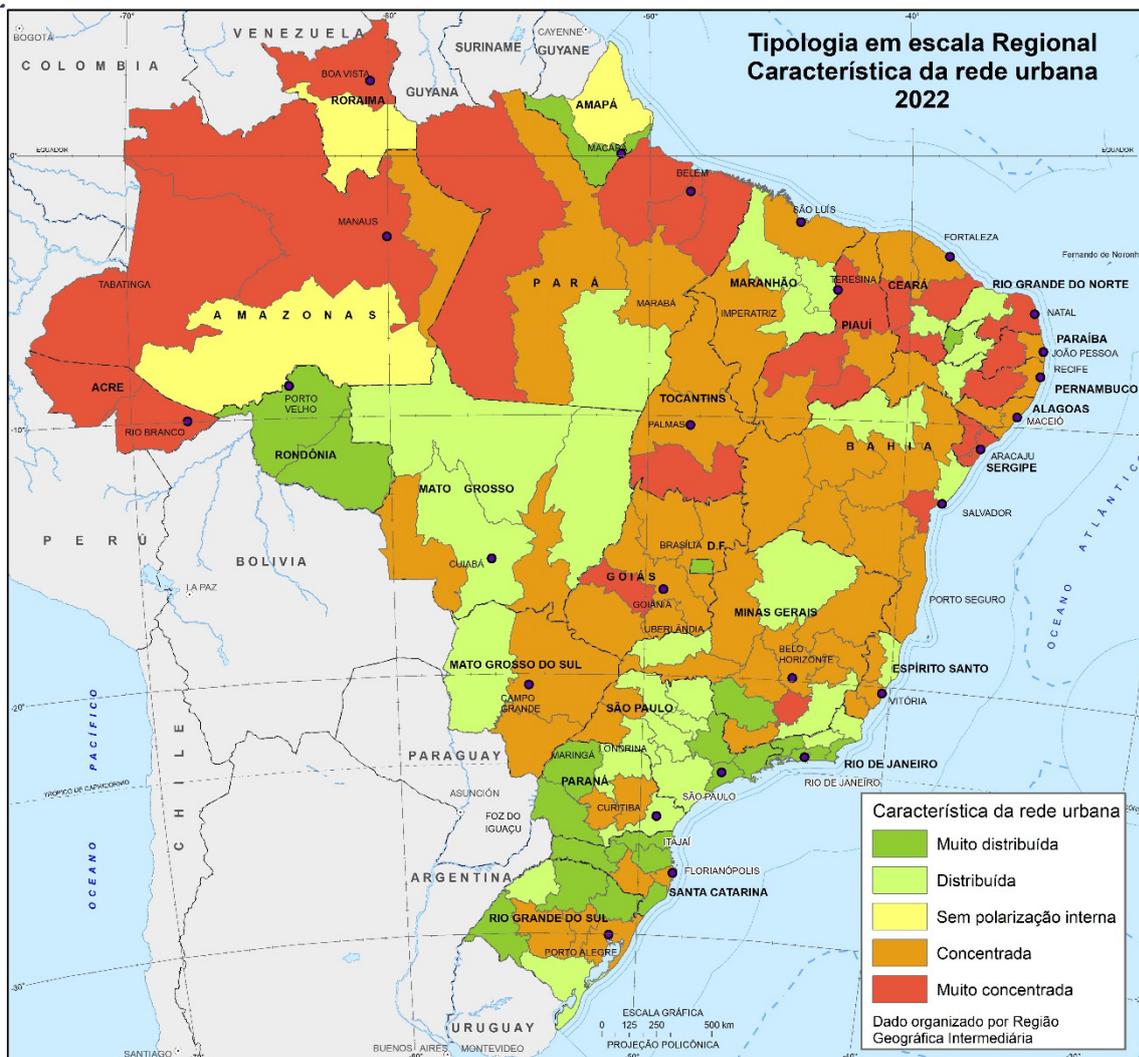
4.1. Resultados da tipologia em escala regional

A tipologia em escala Regional proposta contempla a característica da rede urbana, em primeiro lugar, e a orientação da rede urbana enquanto qualificador complementar à característica. A característica da rede urbana de uma região expõe o quanto a Cidade de maior hierarquia urbana é a principal referência para busca de bens e serviços na região. Nas regiões com maior grau de distribuição da rede urbana, ou seja, aquelas que possuem a maior sequência de vínculos em busca de bens e serviços até chegar à Metrópole, outras Cidades de hierarquia intermediária, além da Cidade-polo, também atuam como fornecedoras de serviços mais complexos, frequentemente reduzindo as distâncias a serem percorridas e facilitando o acesso para a população das Cidades de menor hierarquia urbana.

Regiões com alto grau de concentração apresentam um desafio ao planejamento de políticas públicas, uma vez que nelas há a busca por equipamentos, comércio e serviços concentrada em poucas Cidades, o que em casos extremos implica em sobrecarga destes polos e deslocamentos maiores por parte da população dispersa na região¹². Isto ocorre sobretudo em regiões com renda média da população mais baixa e concentrada. Já nas regiões de maior renda e distribuição mais equitativa de riquezas, há em geral um maior número de Cidades com centralidade intermediária, melhorando o provimento de bens e serviços para a população residente na região, que os acessa com necessidade de menor deslocamento.

A Figura 4 apresenta o resultado da classificação da característica da rede urbana para as 133 Regiões Geográficas Intermediárias.

¹² Uma Região Geográfica Intermediária classificada como de "rede urbana muito concentrada" apresentou uma particularidade que escapa a essa interpretação: a Região de Quixadá possui, como polos de maior hierarquia urbana, quatro Cidades simultaneamente: Aracati (CE), Limoeiro do Norte (CE), Quixadá (CE) e Russas (CE). Por serem numerosos polos, as ligações diretas em busca de bens e serviços pelos moradores das outras Cidades da região foram bastante prevalentes, mas há maior facilidade no acesso considerando que são quatro Cidades relativamente bem distribuídas na região.



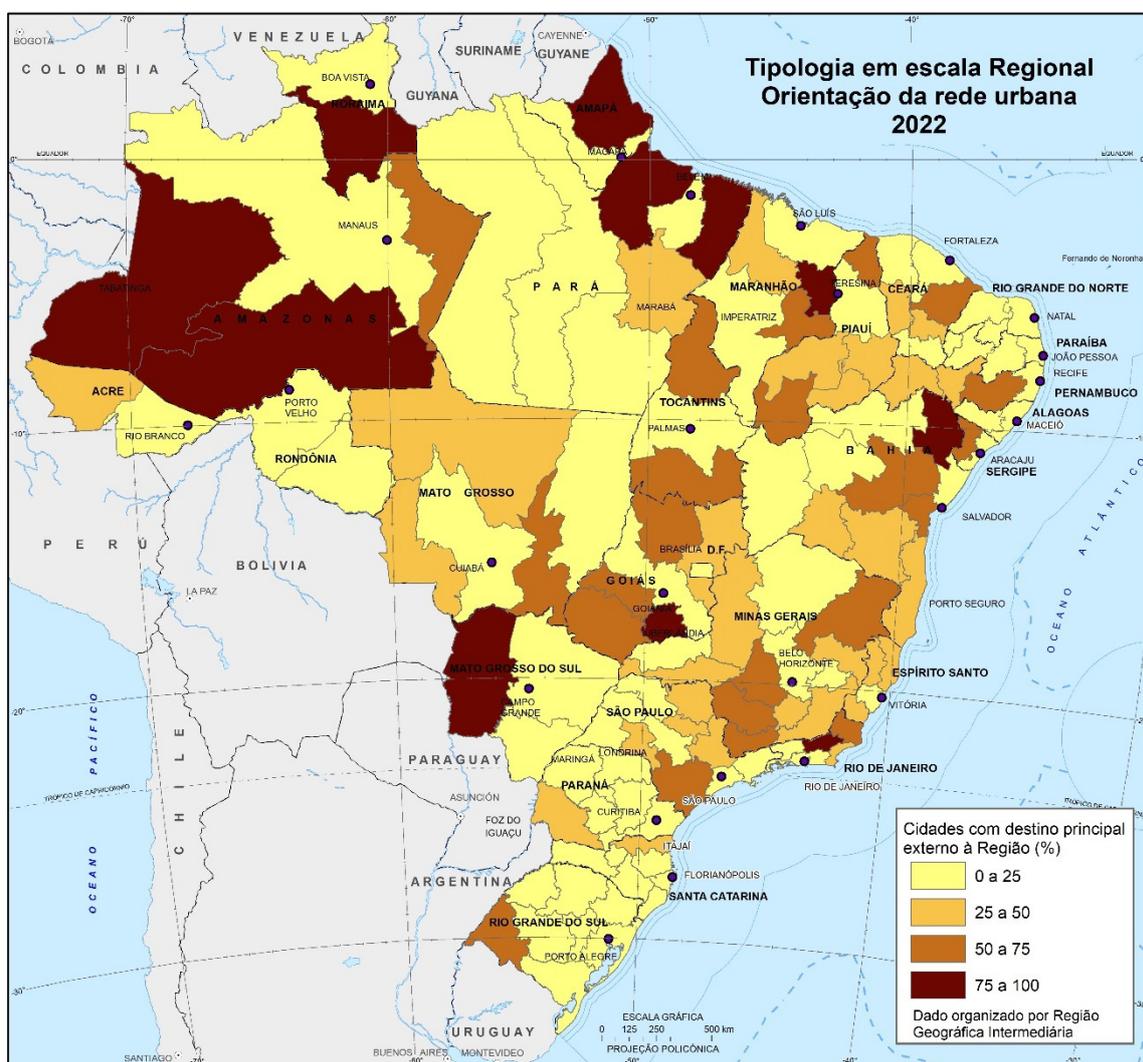
Fonte: Elaboração com base em IBGE (2016)

Figura 4 – Tipologia de escala Regional segundo característica da rede urbana

A orientação da rede urbana complementa a identificação e análise das características regionais. Ela diz respeito à capacidade dos núcleos de cada região atender às demandas por serviços da população residente na região, com reduzida ou nenhuma necessidade de deslocamento para outras regiões. Nas regiões com maior endogenia, a maioria das Cidades tem como destino principal, para acessar serviços indisponíveis ou restritos, Cidades de maior hierarquia internas à região. Por sua vez, regiões exógenas têm a maior parte das suas Cidades buscando como destino de bens e serviços Cidades de maior hierarquia fora da região em que se encontram.

Esta classificação é importante na medida em que, para o planejamento de políticas públicas em nível regional, regiões relativamente autossuficientes no provimento de bens e serviços para suas Cidades podem estar mais bem estruturadas para otimizar o acesso da população com menor deslocamento, dependendo predominantemente da dinâmica

intrarregional para melhorias neste acesso. Por outro lado, regiões que dependem dos bens e serviços oferecidos em Cidades fora de seus limites regionais podem ser mais impactadas por dinâmicas externas à região, o que pode representar um entrave para a melhoria do acesso pela população a serviços complexos, fator que tende a influenciar as condições de vida da população dispersa regionalmente em Cidades de menor porte. Em ambos os casos, outros fatores devem ser incorporados para definir uma correta política pública. Tal fato reafirma a importância da metodologia multiescalar e a necessidade de tipologias dinâmicas para a PNDU. A Figura 5 exibe o resultado da orientação da rede urbana, como um qualificador, para as 133 Regiões Geográficas Intermediárias.



Fonte: Elaboração com base em IBGE (2016)

Figura 5 – Tipologia de escala Regional segundo a proporção de ligações externas

4.2. Exemplos de análises possíveis a partir da Tipologia em escala Regional

| Nome da Região Intermediária | Nome do(s) Polo(s) da Região Intermediária | Ligações diretas ao polo | Ligações indiretas ao polo | Ligações externas à região | Cidades com hierarquia acima de Centro Local | Característica da rede urbana | Orientação da rede urbana na região |
|------------------------------|--|--------------------------|----------------------------|----------------------------|--|-------------------------------|-------------------------------------|
| Ji-Paraná | Cacoal e Ji-Paraná (RO) | 47% | 53% | 0% | 24% | Muito distribuída | endógena |
| Manaus | Manaus (AM) | 100% | 0% | 0% | 10% | Muito concentrada | endógena |
| Tefé | Tabatinga (AM) | 15% | 0% | 85% | 14% | Muito concentrada | exógena |
| Lábrea | Não possui | 0% | 0% | 100% | 0% | Sem polarização interna | exógena |
| Parintins | Itacoatiara e Parintins (AM) | 33% | 0% | 67% | 18% | Concentrada | exógena |
| Marabá | Marabá (PA) | 59% | 14% | 27% | 17% | Concentrada | endógena |
| Redenção | Redenção (PA) | 71% | 29% | 0% | 27% | Distribuída | endógena |
| Santarém | Santarém (PA) | 83% | 11% | 6% | 11% | Muito concentrada | endógena |
| Varginha | Varginha (MG) | 12% | 23% | 65% | 18% | Muito distribuída | exógena |
| Caxias | Caxias (MA) | 15% | 0% | 85% | 36% | Distribuída | exógena |

Quadro 1 – Exemplos de Regiões Geográficas Intermediárias classificadas de acordo com os eixos da Tipologia em escala Regional proposta

Alguns exemplos selecionados no Quadro 1 permitem a compreensão do cálculo do enquadramento proposto. A Região Geográfica Intermediária de Ji-Paraná, que tem como Cidades-polo as Capitais Regionais C de Cacoal (RO) e Ji-Paraná (RO), obteve 47% das suas Cidades ligadas diretamente a estes dois polos, enquanto 53% tiveram como destino principal Cidades de hierarquias intermediárias que, por sua vez, ligaram-se aos polos mencionados. Nenhuma Cidade teve como destino principal segundo a REGIC 2018 Cidades externas à região. A alta proporção de ligações indiretas aos polos (53%) e a proporção relativamente alta de Cidades com hierarquia acima de Centros Locais (24%), levaram ao enquadramento da Região Geográfica Intermediária de Ji-Paraná como muito distribuída, no que se refere à característica da rede urbana. Isto revela que o provimento de serviços à população dispersa regionalmente se apresenta relativamente bem distribuído em outras Cidades além dos polos Cacoal (RO) e Ji-Paraná (RO).

No aspecto de orientação da rede urbana a Região Geográfica Intermediária de Ji-Paraná é 100% endógena, o que reforça uma distribuição relativamente equilibrada de serviços na região na comparação com outras realidades do País, a ponto não induzir



deslocamentos para outras regiões para acesso a serviços. É importante destacar que tais indicações podem ser parcialmente relativizadas por fatores como a oferta efetiva de serviços nas Cidades-polo, as quais são apenas de modo indireto captados pela pesquisa REGIC¹³, e as distâncias e modais de transporte existentes numa região ou Município – que em alguns casos podem implicar em deslocamentos significativos mesmo em regiões de rede urbana muito distribuídas e endógenas, a depender da extensão territorial das Cidades de uma determinada região¹⁴.

Outro exemplo é a Região Geográfica Intermediária de Manaus, com 100% das Cidades tendo como destino principal de rede urbana a própria Metrópole de Manaus (AM) e apenas 10% com hierarquia superior à de Centro Local. Deste modo, a região foi classificada como de rede urbana muito concentrada e no qualificador de orientação da rede urbana como endógena (já que todas suas ligações são internas à região). Assim, apesar de não ser tão dependente de dinâmicas externas à região para o provimento de bens e serviços, a Região Geográfica Intermediária de Manaus apresenta grande sobrecarga da Cidade-polo, exigindo deslocamentos intrarregionais maiores da população de outros Municípios até o polo, devido à ausência de outros núcleos que atuem como referências para acesso a serviços para os Municípios da região – caso os habitantes desses Municípios precisem buscar esses serviços em outra localidade.

Um exemplo de orientação exógena da rede urbana regional ocorre na Região Geográfica Intermediária de Tefé, cuja Cidade-polo é Tabatinga (AM). Nesta região, 85% das ligações são externas, direcionadas sobretudo para a Metrópole de Manaus (AM) que se localiza em outra Região Intermediária. Deste modo, a rede urbana da Região Geográfica Intermediária de Tefé foi classificada como muito concentrada e exógena, no qualificador de orientação da rede urbana. O nível alto de concentração se deve ao fato de que apenas a Cidade-polo de Tabatinga (AM) recebeu todas as ligações internas à região, sem nenhuma outra Cidade com centralidade intermediária. É um caso de região em que a população busca serviços mais qualificados providos em outra região, dependendo de longos deslocamentos e políticas públicas elaboradas fora de seus limites.

¹³ Embora a pesquisa REGIC considere 10 serviços em seu questionário (ver nota 4), a oferta efetiva dos serviços nas Cidades não é apurada diretamente por meio da quantidade de equipamentos que representam tais serviços, tais como hospitais ou universidades. A presença desses equipamentos pode ser inferida indiretamente por meio da busca por habitantes de outros Municípios a esses serviços. Desse modo, pode ocorrer que uma universidade de porte idêntico em Cidades situadas em regiões diferentes suscite maior ou menor busca por ensino superior por moradores de outras Cidades de acordo com a densidade ou raridade de universidades nas regiões em questão.

¹⁴ Pode-se mencionar como exemplo o Município mais extenso do País, Altamira (PA) – Centro Sub-Regional A e polo de uma Região Intermediária. Um de seus distritos, Castelo dos Sonhos, fica a 970 km de distância da sede de Altamira (PA) e a distância para o Município de Nova Guarantã do Norte (MT) é menor, 211 km, embora também não seja pequena. Nesse sentido, os mais de 10 mil habitantes desse distrito (segundo o Censo de 2010) em caso de busca de serviços em outros lugares devem percorrer grandes distâncias. Esse tipo de particularidade reafirma a importância de tipologias multiescalares e com qualificadores diversos.



Um caso muito particular ocorre nas regiões sem polarização interna, como a Região Geográfica Intermediária de Lábrea, no Amazonas, formada apenas por Centros Locais e com 100% da orientação da rede urbana exógena. Os Centros Locais, em geral, caracterizam-se por possuírem pouca diversidade e complexidade de serviços, além de abrigarem proporcionalmente um baixo número de atividades de gestão do território (como empresas e instituições públicas multilocalizadas). Por essas razões, os habitantes dessas Cidades geralmente buscam serviços mais complexos em centros urbanos de maior hierarquia. As regiões como a de Lábrea não contam com uma estrutura de rede urbana com Cidades de centralidades intermediárias, o que pode denotar a necessidade de políticas específicas para provimento de determinados serviços nos seus limites intrarregionais, ou ainda políticas que considerem a racionalização dos eventuais deslocamentos que pessoas nessa região realizem, tais como serviços itinerantes.

Para todos os casos exemplificados o enquadramento desta tipologia e do qualificador não devem ser analisados isoladamente, sendo necessária uma abordagem multiescalar, intersetorial e interfederativa, conforme prevê a PNDU.

Tabela 1 – Tipologia em escala Regional por Regiões Geográfica Intermediárias segundo características das ligações das Cidades e classificação de característica e orientação da rede urbana

| Código da Região Intermediária | Nome da Região Geográfica Intermediária | Nome do(s) Polo(s) da Região Intermediária | Características das ligações das Cidades | | | | Característica da rede urbana da região | Orientação da rede urbana da região |
|--------------------------------|---|--|--|--------------------------------|--------------------------------|--|---|-------------------------------------|
| | | | Ligações diretas ao polo (%) | Ligações indiretas ao polo (%) | Ligações externas à região (%) | Cidades com hierarquia acima de Centro Local (%) | | |
| 1101 | Porto Velho | Porto Velho | 25% | 75% | 0% | 29% | Muito distribuída | endógena |
| 1102 | Ji-Paraná | Cacoal e Ji-Paraná | 47% | 53% | 0% | 24% | Muito distribuída | endógena |
| 1201 | Rio Branco | Rio Branco | 92% | 8% | 0% | 15% | Muito concentrada | endógena |
| 1202 | Cruzeiro do Sul | Cruzeiro do Sul | 57% | 0% | 43% | 13% | Muito concentrada | endógena |
| 1301 | Manaus | Manaus | 100% | 0% | 0% | 10% | Muito concentrada | endógena |
| 1302 | Tefé | Tabatinga | 15% | 0% | 85% | 14% | Muito concentrada | exógena |
| 1303 | Lábrea | Lábrea | 0% | 0% | 100% | 0% | Sem polarização interna | exógena |
| 1304 | Parintins | Itacoatiara e Parintins | 33% | 0% | 67% | 18% | Concentrada | exógena |
| 1401 | Boa Vista | Boa Vista | 100% | 0% | 0% | 11% | Muito concentrada | endógena |
| 1402 | Rorainópolis - Caracaráí | Rorainópolis - Caracaráí | 0% | 0% | 100% | 0% | Sem polarização interna | exógena |
| 1501 | Belém | Belém | 100% | 0% | 0% | 15% | Muito concentrada | endógena |
| 1502 | Castanhal | Castanhal | 16% | 0% | 84% | 15% | Muito concentrada | exógena |
| 1503 | Marabá | Marabá | 59% | 14% | 27% | 17% | Concentrada | endógena |
| 1504 | Redenção | Redenção | 71% | 29% | 0% | 27% | Distribuída | endógena |
| 1505 | Santarém | Santarém | 83% | 11% | 6% | 11% | Muito concentrada | endógena |
| 1506 | Altamira | Altamira | 75% | 0% | 25% | 22% | Concentrada | exógena |
| 1507 | Breves | Breves | 14% | 0% | 86% | 7% | Muito concentrada | endógena |
| 1601 | Macapá | Macapá | 100% | 0% | 0% | 50% | Muito distribuída | |

| Código da Região Intermediária | Nome da Região Geográfica Intermediária | Nome do(s) Polo(s) da Região Intermediária | Características das ligações das Cidades | | | | Característica da rede urbana da região | Orientação da rede urbana da região |
|--------------------------------|---|--|--|--------------------------------|--------------------------------|--|---|-------------------------------------|
| | | | Ligações diretas ao polo (%) | Ligações indiretas ao polo (%) | Ligações externas à região (%) | Cidades com hierarquia acima de Centro Local (%) | | |
| 1602 | Oiapoque - Porto Grande | Oiapoque - Porto Grande | 0% | 0% | 100% | 0% | Sem polarização interna | exógena |
| 1701 | Palmas | Palmas | 55% | 45% | 0% | 10% | Concentrada | endógena |
| 1702 | Araguaína | Araguaína | 37% | 10% | 53% | 14% | Concentrada | exógena |
| 1703 | Gurupi | Gurupi | 45% | 3% | 52% | 9% | Muito concentrada | exógena |
| 2101 | São Luís | São Luís | 64% | 23% | 14% | 15% | Concentrada | endógena |
| 2102 | Santa Inês - Bacabal | Bacabal e Santa Inês | 34% | 29% | 38% | 19% | Distribuída | endógena |
| 2103 | Caxias | Caxias | 15% | 0% | 85% | 36% | Distribuída | exógena |
| 2104 | Presidente Dutra | Presidente Dutra | 33% | 4% | 63% | 32% | Distribuída | exógena |
| 2105 | Imperatriz | Imperatriz | 59% | 39% | 2% | 14% | Concentrada | endógena |
| 2201 | Teresina | Teresina | 81% | 19% | 0% | 8% | Muito concentrada | endógena |
| 2202 | Parnaíba | Parnaíba | 31% | 3% | 66% | 23% | Concentrada | exógena |
| 2203 | Picos | Picos | 54% | 18% | 29% | 12% | Concentrada | endógena |
| 2204 | São Raimundo Nonato | São Raimundo Nonato | 60% | 0% | 40% | 10% | Muito concentrada | endógena |
| 2205 | Corrente - Bom Jesus | Bom Jesus | 33% | 10% | 57% | 14% | Concentrada | exógena |
| 2206 | Floriano | Floriano | 59% | 0% | 41% | 11% | Muito concentrada | endógena |
| 2301 | Fortaleza | Fortaleza | 76% | 24% | 0% | 19% | Concentrada | endógena |
| 2302 | Quixadá | Aracati, Limoeiro do Norte, Quixadá e Russas | 44% | 0% | 56% | 16% | Muito concentrada | exógena |
| 2303 | Iguatu | Iguatu | 46% | 15% | 38% | 29% | Distribuída | endógena |
| 2304 | Juazeiro do Norte | Juazeiro do Norte | 89% | 11% | 0% | 11% | Muito concentrada | endógena |
| 2305 | Crateús | Crateús | 50% | 0% | 50% | 15% | Muito concentrada | endógena |
| 2306 | Sobral | Sobral | 64% | 24% | 12% | 16% | Concentrada | endógena |
| 2401 | Natal | Natal | 87% | 12% | 1% | 7% | Muito concentrada | endógena |
| 2402 | Caicó | Caicó e Currais Novos | 77% | 0% | 23% | 13% | Muito concentrada | endógena |
| 2403 | Mossoró | Mossoró | 33% | 43% | 24% | 12% | Distribuída | endógena |
| 2501 | João Pessoa | João Pessoa | 46% | 54% | 0% | 8% | Concentrada | endógena |
| 2502 | Campina Grande | Campina Grande | 79% | 21% | 0% | 9% | Muito concentrada | endógena |
| 2503 | Patos | Patos | 48% | 41% | 11% | 16% | Distribuída | endógena |

| Código da Região Intermediária | Nome da Região Geográfica Intermediária | Nome do(s) Polo(s) da Região Intermediária | Características das ligações das Cidades | | | | Característica da rede urbana da região | Orientação da rede urbana da região |
|--------------------------------|---|--|--|--------------------------------|--------------------------------|--|---|-------------------------------------|
| | | | Ligações diretas ao polo (%) | Ligações indiretas ao polo (%) | Ligações externas à região (%) | Cidades com hierarquia acima de Centro Local (%) | | |
| 2504 | Sousa - Cajazeiras | Cajazeiras | 33% | 63% | 4% | 16% | Muito distribuída | endógena |
| 2601 | Recife | Recife | 67% | 33% | 0% | 18% | Concentrada | endógena |
| 2602 | Caruaru | Caruaru | 44% | 5% | 52% | 13% | Muito concentrada | exógena |
| 2603 | Serra Talhada | Serra Talhada | 38% | 25% | 38% | 24% | Distribuída | endógena |
| 2604 | Petrolina | Petrolina - Juazeiro (em Pernambuco) | 38% | 25% | 38% | 16% | Concentrada | endógena |
| 2701 | Maceió | Maceió | 77% | 16% | 7% | 16% | Concentrada | endógena |
| 2702 | Arapiraca | Arapiraca | 49% | 31% | 20% | 12% | Concentrada | endógena |
| 2801 | Aracaju | Aracaju | 79% | 21% | 0% | 12% | Muito concentrada | endógena |
| 2802 | Itabaiana | Itabaiana | 43% | 0% | 57% | 14% | Muito concentrada | exógena |
| 2901 | Salvador | Salvador | 52% | 48% | 0% | 17% | Distribuída | endógena |
| 2902 | Santo Antônio de Jesus | Santo Antônio de Jesus | 41% | 3% | 56% | 14% | Muito concentrada | exógena |
| 2903 | Ilhéus – Itabuna | Itabuna | 45% | 12% | 43% | 16% | Concentrada | endógena |
| 2904 | Vitória da Conquista | Vitória da Conquista | 43% | 17% | 39% | 17% | Concentrada | endógena |
| 2905 | Guanambi | Guanambi | 47% | 10% | 43% | 19% | Concentrada | endógena |
| 2906 | Barreiras | Barreiras | 73% | 5% | 23% | 17% | Concentrada | endógena |
| 2907 | Irecê | Irecê | 68% | 11% | 21% | 17% | Concentrada | endógena |
| 2908 | Juazeiro | Petrolina - Juazeiro (na Bahia) | 47% | 53% | 0% | 22% | Distribuída | endógena |
| 2909 | Paulo Afonso | Paulo Afonso | 17% | 3% | 79% | 17% | Concentrada | exógena |
| 2910 | Feira de Santana | Feira de Santana | 28% | 13% | 59% | 17% | Concentrada | exógena |
| 3101 | Belo Horizonte | Belo Horizonte | 52% | 48% | 0% | 13% | Concentrada | endógena |
| 3102 | Montes Claros | Montes Claros | 60% | 39% | 1% | 19% | Distribuída | endógena |
| 3103 | Teófilo Otoni | Teófilo Otoni | 26% | 11% | 63% | 20% | Concentrada | exógena |
| 3104 | Governador Valadares | Governador Valadares | 63% | 11% | 26% | 16% | Concentrada | endógena |
| 3105 | Ipatinga | Ipatinga | 39% | 36% | 24% | 12% | Concentrada | endógena |
| 3106 | Juiz de Fora | Juiz de Fora | 26% | 32% | 42% | 14% | Distribuída | endógena |
| 3107 | Barbacena | Barbacena e São João del Rei | 62% | 0% | 38% | 8% | Muito concentrada | endógena |
| 3108 | Varginha | Varginha | 12% | 23% | 65% | 18% | Muito distribuída | exógena |

| Código da Região Intermediária | Nome da Região Geográfica Intermediária | Nome do(s) Polo(s) da Região Intermediária | Características das ligações das Cidades | | | | Característica da rede urbana da região | Orientação da rede urbana da região |
|--------------------------------|---|--|--|--------------------------------|--------------------------------|--|---|-------------------------------------|
| | | | Ligações diretas ao polo (%) | Ligações indiretas ao polo (%) | Ligações externas à região (%) | Cidades com hierarquia acima de Centro Local (%) | | |
| 3109 | Pouso Alegre | Poços de Caldas e Pouso Alegre | 38% | 12% | 51% | 21% | Concentrada | exógena |
| 3110 | Uberaba | Uberaba | 41% | 15% | 44% | 14% | Concentrada | endógena |
| 3111 | Uberlândia | Uberlândia | 52% | 39% | 9% | 25% | Distribuída | endógena |
| 3112 | Patos de Minas | Patos de Minas | 45% | 9% | 45% | 18% | Concentrada | endógena |
| 3113 | Divinópolis | Divinópolis | 23% | 4% | 73% | 25% | Concentrada | exógena |
| 3201 | Vitória | Vitória | 93% | 7% | 0% | 19% | Concentrada | endógena |
| 3202 | São Mateus Linhares e | São Mateus | 58% | 8% | 33% | 29% | Distribuída | endógena |
| 3203 | Colatina | Colatina | 65% | 0% | 35% | 22% | Concentrada | endógena |
| 3204 | Cachoeiro do Itapemirim | Cachoeiro de Itapemirim | 52% | 9% | 39% | 17% | Concentrada | endógena |
| 3301 | Rio de Janeiro | Rio de Janeiro | 80% | 20% | 0% | 50% | Muito distribuída | endógena |
| 3302 | Volta Redonda - Barra Mansa | Volta Redonda - Barra Mansa | 56% | 33% | 11% | 40% | Muito distribuída | endógena |
| 3303 | Petrópolis | Petrópolis | 14% | 7% | 79% | 33% | Distribuída | exógena |
| 3304 | Campos dos Goytacazes | Campos dos Goytacazes | 27% | 7% | 67% | 31% | Distribuída | exógena |
| 3305 | Macaé - Rio das Ostras - Cabo Frio | Cabo Frio e Macaé - Rio das Ostras | 50% | 0% | 50% | 75% | Muito distribuída | endógena |
| 3501 | São Paulo | São Paulo | 43% | 57% | 0% | 38% | Muito distribuída | endógena |
| 3502 | Sorocaba | Sorocaba | 15% | 14% | 71% | 27% | Distribuída | exógena |
| 3503 | Bauru | Bauru | 36% | 43% | 20% | 20% | Distribuída | endógena |
| 3504 | Marília | Marília | 35% | 33% | 33% | 17% | Distribuída | endógena |
| 3505 | Presidente Prudente | Presidente Prudente | 59% | 41% | 0% | 17% | Concentrada | endógena |
| 3506 | Araçatuba | Araçatuba | 57% | 27% | 16% | 21% | Concentrada | endógena |
| 3507 | São José do Rio Preto | São José do Rio Preto | 43% | 55% | 2% | 14% | Distribuída | endógena |
| 3508 | Ribeirão Preto | Ribeirão Preto | 46% | 24% | 30% | 25% | Distribuída | endógena |
| 3509 | Araraquara | Araraquara e São Carlos | 67% | 6% | 28% | 40% | Distribuída | endógena |
| 3510 | Campinas | Campinas | 25% | 27% | 47% | 38% | Muito distribuída | endógena |
| 3511 | São José dos Campos | São José dos Campos | 48% | 43% | 10% | 27% | Muito distribuída | endógena |

| Código da Região Intermediária | Nome da Região Geográfica Intermediária | Nome do(s) Polo(s) da Região Intermediária | Características das ligações das Cidades | | | | Característica da rede urbana da região | Orientação da rede urbana da região |
|--------------------------------|---|--|--|--------------------------------|--------------------------------|--|---|-------------------------------------|
| | | | Ligações diretas ao polo (%) | Ligações indiretas ao polo (%) | Ligações externas à região (%) | Cidades com hierarquia acima de Centro Local (%) | | |
| 4101 | Curitiba | Curitiba | 58% | 42% | 0% | 22% | Distribuída | endógena |
| 4102 | Guarapuava | Guarapuava | 61% | 33% | 6% | 16% | Concentrada | endógena |
| 4103 | Cascavel | Cascavel | 29% | 33% | 38% | 23% | Muito distribuída | endógena |
| 4104 | Maringá | Maringá | 23% | 75% | 2% | 14% | Muito distribuída | endógena |
| 4105 | Londrina | Londrina | 41% | 55% | 5% | 16% | Distribuída | endógena |
| 4106 | Ponta Grossa | Ponta Grossa | 50% | 25% | 25% | 20% | Concentrada | endógena |
| 4201 | Florianópolis | Florianópolis | 100% | 0% | 0% | 29% | Concentrada | endógena |
| 4202 | Criciúma | Criciúma | 21% | 71% | 7% | 28% | Muito distribuída | endógena |
| 4203 | Lages | Lages | 73% | 27% | 0% | 17% | Concentrada | endógena |
| 4204 | Chapecó | Chapecó | 31% | 68% | 1% | 16% | Muito distribuída | endógena |
| 4205 | Caçador | Caçador | 33% | 60% | 7% | 19% | Muito distribuída | |
| 4206 | Joinville | Joinville | 39% | 11% | 50% | 42% | Muito distribuída | |
| 4207 | Blumenau | Blumenau e Itajaí - Balneário Camboriú | 23% | 67% | 9% | 29% | Muito distribuída | endógena |
| 4301 | Porto Alegre | Porto Alegre | 71% | 29% | 0% | 15% | Concentrada | endógena |
| 4302 | Pelotas | Pelotas | 71% | 6% | 24% | 39% | Distribuída | endógena |
| 4303 | Santa Maria | Santa Maria | 68% | 19% | 14% | 18% | Concentrada | endógena |
| 4304 | Uruguaiana | Uruguaiana | 33% | 11% | 56% | 60% | Muito distribuída | exógena |
| 4305 | Ijuí | Ijuí, Santa Rosa e Santo Ângelo | 51% | 42% | 7% | 21% | Distribuída | endógena |
| 4306 | Passo Fundo | Passo Fundo | 26% | 63% | 11% | 16% | Muito distribuída | endógena |
| 4307 | Caxias do Sul | Caxias do Sul | 29% | 49% | 22% | 22% | Muito distribuída | endógena |
| 4308 | Santa Cruz do Sul - Lajeado | Lajeado e Santa Cruz do Sul | 67% | 29% | 4% | 17% | Concentrada | endógena |
| 5001 | Campo Grande | Campo Grande | 68% | 19% | 13% | 25% | Concentrada | endógena |
| 5002 | Dourados | Dourados | 67% | 24% | 9% | 21% | Concentrada | endógena |
| 5003 | Corumbá | Anastácio, Corumbá e Jardim | 0% | 0% | 100% | 40% | Distribuída | exógena |
| 5101 | Cuiabá | Cuiabá | 63% | 37% | 0% | 29% | Distribuída | endógena |
| 5102 | Cáceres | Cáceres e Pontes e Lacerda | 74% | 0% | 26% | 19% | Concentrada | endógena |

| Código da Região Intermediária | Nome da Região Geográfica Intermediária | Nome do(s) Polo(s) da Região Intermediária | Características das ligações das Cidades | | | | Característica da rede urbana da região | Orientação da rede urbana da região |
|--------------------------------|---|--|--|--------------------------------|--------------------------------|--|---|-------------------------------------|
| | | | Ligações diretas ao polo (%) | Ligações indiretas ao polo (%) | Ligações externas à região (%) | Cidades com hierarquia acima de Centro Local (%) | | |
| 5103 | Sinop | Sinop | 39% | 20% | 41% | 21% | Distribuída | endógena |
| 5104 | Barra do Garças | Barra do Garças | 50% | 36% | 14% | 28% | Distribuída | endógena |
| 5105 | Rondonópolis | Rondonópolis | 44% | 0% | 56% | 24% | Concentrada | exógena |
| 5201 | Goiânia | Goiânia | 68% | 32% | 0% | 16% | Concentrada | endógena |
| 5202 | Itumbiara | Itumbiara | 15% | 0% | 85% | 19% | Concentrada | exógena |
| 5203 | Rio Verde | Mineiros e Rio Verde | 48% | 0% | 52% | 19% | Concentrada | |
| 5204 | São Luís de Montes Belos - Iporá | Iporá e São Luís de Montes Belos | 41% | 0% | 59% | 9% | Muito concentrada | exógena |
| 5205 | Porangatu - Uruaçu | Ceres - Rialma, Goianésia e Uruaçu | 35% | 5% | 60% | 23% | Concentrada | exógena |
| 5206 | Luziânia - Águas Lindas de Goiás | Brasília (em Goiás) | 40% | 20% | 40% | 19% | Concentrada | endógena |
| 5301 | Distrito Federal | Brasília (DF) | 0% | 0% | 0% | 100% | Muito distribuída | endógena |

Fontes: Elaboração com base em IBGE (2018, 2020(a), 2022)



5. METODOLOGIA – TIPOLOGIA EM ESCALA METROPOLITANA

5.1. Definição do recorte espacial em escala Metropolitana a ser classificado na tipologia

A Tipologia em escala Metropolitana pretende representar uma escala do urbano intermediária entre a escala Regional e a Municipal. Trata-se de uma escala em que Municípios vizinhos ou muito próximos compartilham uma dinâmica urbana comum, sob formas como áreas urbanizadas contíguas, sistemas viários interdependentes, fluxos intensos e diários de pessoas e mercadorias, além de outras funções de interesse comum. A política urbana nessa escala tem o papel de estimular a cooperação e governança para a elaboração e implementação de políticas públicas nesses espaços. Isso pode ser feito de várias formas, desde disponibilizar informações e regulamentar instrumentos adequados a essa escala até formular programas voltados a Regiões Metropolitanas com características similares.

A Constituição Federal de 1988 define as Regiões Metropolitanas (RMs), as Aglomerações Urbanas (AUs) e as Microrregiões como possibilidades de recortes a serem estabelecidos pelos Estados para a organização, planejamento e a realização de funções públicas de interesse comum entre Municípios limítrofes (BRASIL, 1988, Art. 25, § 3º). Além desses três tipos de agrupamentos municipais, a União tem a competência para criar outros arranjos intermunicipais ou regionais visando o desenvolvimento ou redução das desigualdades (BRASIL, 1988, Art. 43). Por meio dessa atribuição foram estabelecidas as Regiões Integradas de Desenvolvimento (RIDEs) através de Lei Complementar Federal: a RIDE do Distrito Federal e Entorno, a RIDE da Grande Teresina e a RIDE do Polo Petrolina e Juazeiro (BRASIL, 1998; 2001). As RIDEs foram constituídas em agrupamentos municipais interestaduais estratégicos, com o propósito de articular a atuação conjunta de União, Estados e Municípios no desenvolvimento dessas regiões.

Esses agrupamentos municipais legais apresentam características ou propósitos compatíveis com a escala Metropolitana, o que os coloca como unidades espaciais elementares para a política urbana dessa escala. Em 2015, a primeira versão do Estatuto da MetrÓpole (BRASIL, 2015) trazia no inciso VII, do Art. 2º, a Região Metropolitana como sendo uma aglomeração urbana que configura uma MetrÓpole. Esta diretriz, combinada com o inciso V do mesmo artigo, determinava a necessidade de uma dinâmica e influência específica entre os Municípios para se criar uma RM. No entanto, a Lei nº 13.683 de 2018 removeu este inciso e os critérios para definição de quais conjuntos de Municípios podem se tornar Regiões Metropolitanas seguiram imprecisos. De modo que os critérios estaduais para a definição de uma RM são muito diversos, e como resultado observam-se RMs que expressam o fato



metropolitano de maneira mais clara, delimitando áreas conurbadas e muito integradas; outras revelam agrupamentos municipais mais amplos, para abarcar funções públicas de interesse comum mais dispersas espacialmente, como o abastecimento de água; outras RMs são muito amplas, mais próximas da configuração de uma rede urbana de escala regional; ou ainda RMs formadas a partir de Municípios sem integração clara, com interesses de articulação política comum ou associados para tentar obter recursos de programas federais¹⁵. Apesar das variações nos critérios, as RMs são referendadas pelos Estados que as estabeleceram e, portanto, são unidades elementares a serem classificadas na Tipologia em escala Metropolitana. Um dos papéis fundamentais da tipologia nessa escala é identificar as RMs mais próximas de configurar o fato metropolitano e aquelas mais distantes do processo de metropolização. As Aglomerações Urbanas também foram integradas à tipologia em escala Metropolitana, assim como as RIDEs.

Há outros tipos supramunicipais formais, como os consórcios Públicos Intermunicipais e as Associações de Municípios (MARGUTTI et al., 2020). Embora se reconheça a importância desses outros arranjos de cooperação supramunicipais como alternativas para a realização de políticas públicas comuns ou para a compartilhamento de infraestrutura técnica e recursos para os Municípios participantes, as associações e consórcios podem ter características temáticas e com critérios de participação ainda mais variados do que as RMs. Essa condição dificulta a sistematização desses arranjos na perspectiva das tipologias da PNDU, que organizam o território de forma mais estruturante.

O critério utilizado para verificar a presença ou ausência de integração intermunicipal de fato nos agrupamentos de escala Metropolitana foi utilizar como base a existência de Arranjos Populacionais entre os Municípios que os compõem. Os Arranjos Populacionais (ver o conceito na seção 2.2) foram definidos por meio de critério padronizado aplicado a todo o País, diferente do cenário de variação de critérios para o estabelecimento das RMs e AUs, o que permite um retrato estrutural da integração municipal no território. Pertencer a um mesmo Arranjo Populacional significa Municípios muito integrados do ponto de vista da dinâmica urbana.

Há outros fatores além dos deslocamentos pendulares e da contiguidade de áreas urbanizadas que podem ter influência no compartilhamento de funções públicas de interesse comum entre Municípios. Municípios que integram uma mesma bacia hidrográfica, por exemplo, podem compartilhar sistemas de abastecimento de água, saneamento básico ou áreas de conservação. Entretanto, a integração retratada pelos

¹⁵ Os grandes investimentos federais em infraestrutura urbana por meio do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e Minha Casa Minha Vida (MCMV) contribuíram para impulsionar a criação de RMs com critérios pouco claros, como forma dos Estados e Municípios acessarem esses recursos ao longo da década de 2010 (MARGUTI et al., 2020). Das RMs atualmente existentes, a grande maioria (94%) foi instituída até 2018. Mais da metade (53%) foi criada entre 2007 e 2015, ou seja, entre o lançamento do PAC e a publicação do Estatuto da Metrópole.



Arranjos Populacionais é adequada e suficiente para o uso numa Tipologia em escala Metropolitana urbana estruturante, pois é uma informação sintética, sistematizada, revela a participação em uma mesma dinâmica urbana e indiretamente revela o compartilhamento de funções de interesse comum, como os sistemas de transporte.

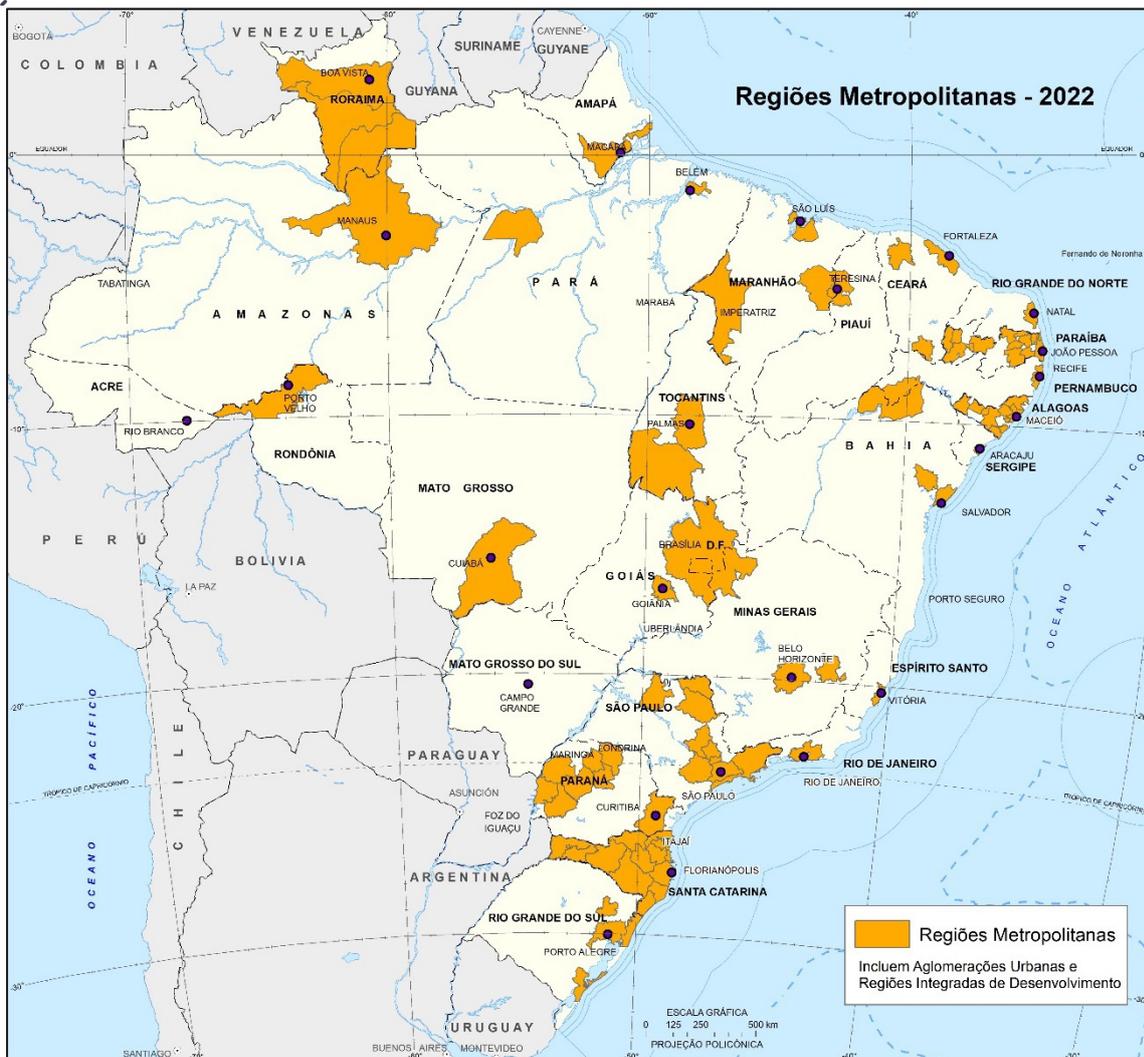
A composição do recorte espacial da Tipologia em escala Metropolitana considera os Agrupamentos Supramunicipais Legais: RMs, AUs e RIDEs – todas incorporadas no universo a ser classificado.

As RMs incluídas no universo de análise têm como referência a definição da legislação de cada Estado. Determinados Estados incluem na legislação subtipos associados de modo direto ou indireto às RMs, como a *Área de Expansão da Região Metropolitana*, *Entorno Metropolitano* ou *Colar Metropolitano*. Na Tipologia em escala Metropolitana essas categorias foram integradas ao recorte espacial das RMs e formaram um único agrupamento: a Área de Expansão Metropolitana de Feira de Santana (BA) foi integrada à RM de Feira de Santana (BA); o Colar Metropolitano de Belo Horizonte (MG) foi integrado à RM de Belo Horizonte (BH), Colar Metropolitano do Vale do Aço (MG) foi integrado à RM do Vale do Aço (MG) e o Entorno Metropolitano da RM do Vale do Rio Cuiabá (MT) foi integrado à RM de mesmo nome. No total, 1.476 Municípios estão em Agrupamentos Legais

O País possui 86 Agrupamentos Supramunicipais Legais, considerando aqui as RMs, RIDEs e AUs¹⁶, distribuídas em 24 Estados e no Distrito Federal. Além dos diferentes critérios para estabelecimento e configuração desses agrupamentos, o número de Municípios integrantes deles também é muito diverso, havendo uma variação de dois a 50 Municípios.



¹⁶ A seguir neste relatório, toda a referência a Regiões Metropolitanas (RM) também inclui Aglomerações Urbanas (AU) e Regiões Integradas de Desenvolvimento (RIDE)

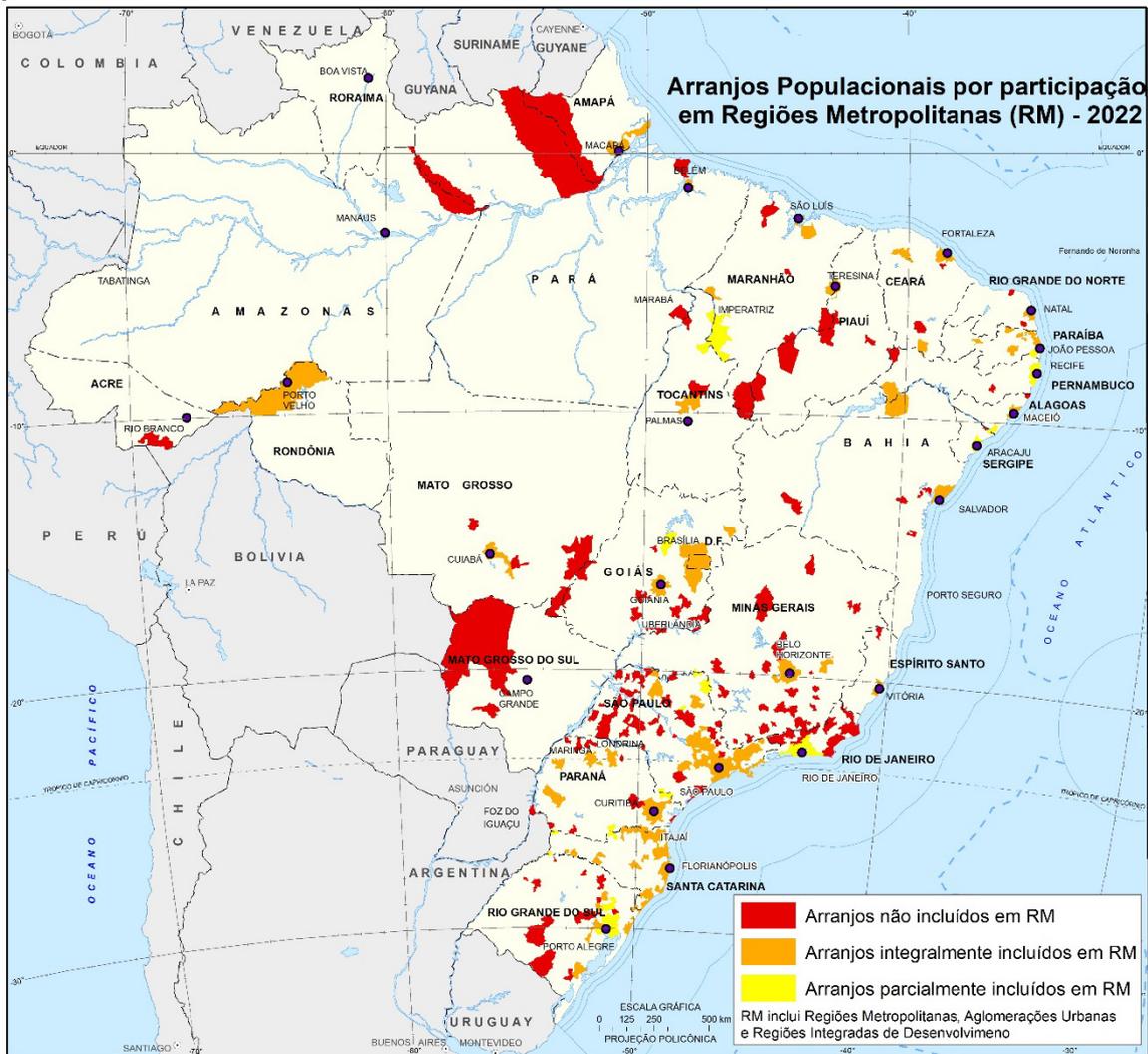


Fonte: IBGE (2022)

Figura 6 – Distribuição das Regiões Metropolitanas consideradas na Tipologia em escala Metropolitana

Para avaliar, neste universo de Regiões Metropolitanas, a presença de integração urbana entre os Municípios que os compõem, foram selecionados os Arranjos Populacionais¹⁷ que possuem Municípios que fazem parte das Regiões Metropolitanas.

¹⁷ Estão presentes no País 267 Arranjos Populacionais (AP) formados por 938 Municípios, formados a partir de dados do Censo 2010. Essa contagem não considera os 22 Arranjos Populacionais internacionais formados por apenas um Município brasileiro integrado a uma ou mais localidades estrangeiras. Também não considera 5 APs que compõem as integrações de AP de São José dos Campos/SP, Presidente Prudente/SP e a segunda integração de Porto Alegre/RS, segundo critérios da publicação (IBGE, 2016).



Fontes: IBGE (2016, 2022)

Figura 7 – Distribuição dos Arranjos Populacionais em relação às Regiões Metropolitanas

Os Arranjos Populacionais são, em geral, formados por uma quantidade menor de Municípios do que as Regiões Metropolitanas. O Arranjo Populacional de Campinas/SP, por exemplo, possui oito Municípios e a Região Metropolitana de Campinas apresenta 20 Municípios. Além disso, como se trata de recortes espaciais diferentes, pode haver intersecções entre as Regiões Metropolitanas e os Arranjos Populacionais. Assim uma RM pode não conter nenhum Arranjo Populacional em sua área, ou ainda conter todos os Municípios de um Arranjo Populacional em seu interior, bem como apenas parte desses Municípios. Há também casos em que mais de um Arranjo Populacional está contido em parte ou inteiro numa área de RM. Seguindo o exemplo anterior, a RM de Campinas contém três Arranjos Populacionais em sua área, a saber: o Arranjo Populacional de Campinas/SP, o Arranjo Populacional de Americana - Santa Bárbara d'Oeste/SP e o Arranjo Populacional de Artur Nogueira/SP. A Tabela 2 a seguir mostra as diferentes formas de participação dos Municípios nas Regiões Metropolitanas.

Tabela 2 – Participação de Municípios em Regiões Metropolitanas

| | Municípios | Percentual |
|--|--------------|---------------|
| Total | 5.570 | 100,0% |
| Não integram Regiões Metropolitanas nem Arranjos Populacionais | 3.691 | 66,3% |
| Integram Regiões Metropolitanas ou Arranjos Populacionais | 1.879 | 33,7% |
| Apenas em Regiões Metropolitanas | 941 | 16,9% |
| Apenas em Arranjos Populacionais | 403 | 7,2% |
| Em Regiões Metropolitanas e Arranjos Populacionais | 535 | 9,6% |

Fontes: IBGE (2016, 2022)

Os Arranjos Populacionais estão presentes total ou parcialmente em 64 das 86 Regiões Metropolitanas (74,4%). Nas demais 22 RMs (25,6%), eles estão completamente ausentes. A Tabela 3 a seguir mostra a participação dos Arranjos Populacionais nas Regiões Metropolitanas:

Tabela 3 – Participação dos Arranjos Populacionais (APs) nas Regiões Metropolitanas (RM)

| | Quantidade de APs | Percentual de APs |
|--------------------------------|-------------------|-------------------|
| AP integralmente contido em RM | 103 | 38,6% |
| AP parcialmente contido em RM | 20 | 7,5% |
| Não participa de RM | 144 | 53,9% |
| Total | 267 | 100,0% |

Fontes: IBGE (2016, 2022)

Para a presente tipologia, foram desconsiderados os 144 Arranjos Populacionais que não estão contidos total ou parcialmente nos Agrupamentos Supramunicipais, bem como os eventuais Municípios integrantes de Arranjos Populacionais que ficaram de fora da intersecção com o agrupamento, considerando apenas Municípios que os integram. Contudo, deve-se ressaltar que na grande maioria das vezes o(s) Município(s) Núcleo(s) do Arranjo Populacional está(ão) contido(s) na Região Metropolitana em questão. Existem também 7 Arranjos Populacionais que estão divididos entre duas Regiões Metropolitanas¹⁸. Nesses casos, da mesma forma que nos anteriores, prevalece a composição das Regiões Metropolitanas para a confecção do recorte em escala Metropolitana da tipologia.

¹⁸ Desses 7 APs, em 5 o Núcleo está em apenas uma das RMs, portanto para os cálculos das variáveis da Tipologia em escala Metropolitana são considerados como integrando apenas uma RM, conforme se verá nas etapas que seguem deste relatório, são eles os APs: Imituba/SC; Itajaí - Balneário Camboriú/SC; Itambé/PE - Pedras de Fogo/PB; Praia Grande/SC; Torres/RS. Os 2 APs que são contabilizados para 2 RMs diferentes simultaneamente são os de Mafra/SC - Rio Negro/PR e Mamanguape - Rio Tinto/PB, ambos APs polinucleados em que cada um dos Núcleos está em uma RM diferente, respectivamente RM do Planalto Norte (SC) / RM de Curitiba (PR) e RM do Vale do Mamanguape (PB) / RM de João Pessoa (PB).



5.2. Seleção das variáveis para classificação

Conforme explicitado nas etapas anteriores, a seleção das variáveis de classificação da Tipologia em escala Metropolitana tem como premissa construir uma visão estruturante da integração urbana intermunicipal e disponibilizar variáveis que permitam qualificar essa integração.

5.2.1. Concentrações Urbanas e população das Regiões Metropolitanas

A primeira variável considerada foi a população residente nas Regiões Metropolitanas, mediada pela presença de Concentrações Urbanas, conforme definido na publicação Arranjos Populacionais e Concentrações Urbanas (IBGE, 2016) (ver definição na seção 2.4). As Regiões Metropolitanas foram então divididas nos três tipos principais de acordo com a presença de pelo menos uma Concentração Urbana em sua composição: as Regiões Metropolitanas que contêm uma Grande Concentração Urbana foram classificadas com o tipo RM 1, o tipo RM 2 foi atribuído àquelas que contêm uma Média Concentração Urbana e o tipo RM 3 às Regiões Metropolitanas com pequena concentração populacional, neste caso considerando todos os habitantes da RM. A população considerada foi a do Censo 2010, para manter o critério utilizado na publicação supracitada. Os critérios que consideram o nível de Concentração Urbana e o porte populacional estabelecem os três tipos principais da tipologia e quatro subtipos, conforme o Quadro 2.

| Tipos principais | Nível de Concentração Urbana ou Populacional da Região Metropolitana | Habitantes |
|-------------------------|---|---|
| Tipo RM 1 | Presença de uma Grande Concentração Urbana | Acima de 750.000 na Concentração Urbana |
| Tipo RM 2 | Presença de uma Média Concentração Urbana | De 100.000 a 750.000 na Concentração Urbana |
| Tipo RM 3 | Pequenas Concentrações populacionais | Abaixo de 100.000 |

Quadro 2 – Tipos segundo presença de Concentrações Urbanas e quantidade de habitantes da Região Metropolitana

5.2.2. Nível de integração das Regiões Metropolitanas

As Regiões Metropolitanas totalmente constituídas por Municípios que compõem Arranjos Populacionais possuem forte integração interna, apurada por meio dos deslocamentos pendulares e/ou contiguidade das áreas urbanizadas. Contudo, os Municípios de Regiões Metropolitanas não possuem um critério de integração uniforme na sua identificação. Por conta dessa limitação, o nível de integração dos Municípios de RMs, RIDEs e AUs é classificado na Tipologia em escala Metropolitana por meio da *proporção e*



quantidade de habitantes e de Municípios que integram Arranjos Populacionais no recorte legal em questão. Quanto mais Municípios ou habitantes numa RM compuserem Arranjos Populacionais, maior o nível de integração dos Municípios na RM, e, portanto, mais próxima a RM está de constituir um processo intenso de relacionamento entre seus Municípios ou de metropolização "de fato" para os Agrupamentos de maior porte.

Como uma Região Metropolitana pode conter em seu interior mais de um Arranjo Populacional, fez-se necessário classificar os Arranjos Populacionais nessa condição por corresponderem a diferentes polos de integração na mesma RM, AU ou RIDE. A seguir (item 1 e 2), serão apresentadas as classificações de Municípios e Arranjos Populacionais criadas para viabilizar o cálculo do nível de integração das Regiões Metropolitanas, apresentado no item 3.

1. Categorias de Municípios nas Regiões Metropolitanas

A etapa inicial do estabelecimento do nível de integração das Regiões Metropolitanas foi dividir os Municípios em quatro categorias ou seis subcategorias de acordo com a natureza da participação em Arranjos Populacionais, conforme a estrutura a seguir.

I. Núcleo de Arranjo Populacional: Municípios que nomeiam o Arranjo Populacional. Normalmente, este(s) Município(s) constitui o principal vetor da integração intermunicipal no arranjo. A maioria dos APs possuem apenas um Núcleo, o Município com maior população, mas quando a população de outros Municípios é significativamente próxima à do Núcleo (superior à metade dos habitantes do Município mais populoso) considera-se que existe mais de um Núcleo no Arranjo Populacional, o que é marcado pelo nome composto da unidade, como o Arranjo Populacional de Adamantina - Lucélia/SP¹⁹.

II. Subnúcleo de Arranjo Populacional: Trata-se de Municípios que constituem vetores secundários da integração do AP, mais frequentes naqueles com número elevado de Municípios constituintes, em Metrôpoles ou em APs em que a polarização do núcleo é menos concentrada. O critério utilizado para identificar os Subnúcleos foi a menção deles como destino principal de pelo menos um outro Município para acessar bens e serviços, segundo

¹⁹ Quanto a esse critério de nomeação dos APs, há duas exceções: Arranjos Populacionais que contêm uma capital estadual, em que este Município nomeia a unidade (é o caso do AP Vitória/ES) e os APs com mais de três núcleos – em que se estabeleceu um nome sintético para o AP (é o caso dos APs Baixada Santista/SP e Presidente Prudente/SP) (IBGE, 2016).



a REGIC 2018²⁰, ou ter um nível de centralidade de gestão do território e população elevados. No Arranjo Populacional de São Paulo/SP, por exemplo, os subnúcleos são os seguintes: Barueri, Guarulhos, Osasco, Itapeverica da Serra, Mogi das Cruzes, Santo André e São Bernardo do Campo.

III. Municípios integrantes de Arranjos Populacionais: São os Municípios que compõem Arranjos Populacionais, mas que não são Núcleos e nem Subnúcleos. Subdividem-se nas seguintes categorias:

IIIa. Em Região Metropolitana igual ao do Núcleo: O Município integrante e o Núcleo ou Subnúcleo do AP participam da mesma Região Metropolitana.

IIIb. Em Região Metropolitana diferente do Núcleo: Ocorre quando um Município integrante de AP está numa Região Metropolitana e o Núcleo ou Subnúcleo do mesmo AP não está – seja por compor outra Região Metropolitana ou por não fazer parte de nenhuma. Na prática, são Municípios que participam de AP mas não colaboram para indicar o processo de integração do Agrupamento Legal que compõem, pois o vetor de integração ao qual se remetem está ausente da Região Metropolitana em que se encontram. A população dos Municípios nessa condição não é considerada na análise de integração da Região Metropolitana.

IIIc. Não integrante de Região Metropolitana: Ocorre quando um Município integrante de AP não participa de uma Região Metropolitana, enquanto o Núcleo ou Subnúcleo do mesmo AP participa. Na prática, são Municípios que participam de AP mas não contam para indicar o processo de integração de Regiões Metropolitanas, exercendo a mesma função de Municípios não integrados externos às Regiões Metropolitanas.

IV. Municípios não integrados: São os Municípios que não compõem Arranjos Populacionais.

2. Classificação dos Arranjos Populacionais que participam de Regiões Metropolitanas



²⁰ Na pesquisa REGIC 2018, o destino principal de um Município para acessar serviços é aquele com maior percentual médio de menção nos questionários, considerando os 10 quesitos da pesquisa (que contemplam os temas de comércio, saúde, ensino superior, transportes e cultura). Em alguns casos, pode haver mais de um destino principal. Para mais informações, consultar a pesquisa IBGE, 2020(a).



Em um segundo momento os Arranjos Populacionais que participam de Regiões Metropolitanas foram classificados em principais e secundários e fizeram-se os ajustes para consideração de APs que não compõem integralmente uma RM, RIDE ou AU, conforme os critérios a seguir:

O Arranjo Populacional principal é aquele que correspondente ao nome da Região Metropolitana. Se essa condição não puder ser cumprida por não haver essa correspondência de nomes, o AP principal é o que possui maior hierarquia urbana e população²¹.

- Se um AP principal de uma Região Metropolitana compuser esse recorte apenas parcialmente, a condição de AP principal é mantida desde que o Núcleo esteja contido na Região Metropolitana em questão.
- Em casos em que apenas um Município de um AP participa de uma Região Metropolitana, o AP é classificado como principal, desde que o Município em questão seja Núcleo do recorte.
- Em casos em que dois APs compõem uma Região Metropolitana e que ambos a integram parcialmente, ambos foram mantidos como integrantes desde que os Municípios do AP que estão na Região Metropolitana sejam Núcleos. Nesses casos, o AP com maior hierarquia urbana e população foi classificado como principal.

3. Cálculo do nível de integração das Regiões Metropolitanas

Com base nas classificações de Municípios e Arranjos Populacionais descritas nos itens anteriores, o nível de integração das Regiões Metropolitanas considerou:

- a) *A proporção de Municípios que não fazem parte de Arranjo Populacional na Região Metropolitana* – quanto maior essa proporção, menor a integração entre os Municípios do recorte.
- b) *A proporção de habitantes de Municípios que não fazem parte de Arranjo Populacional na Região Metropolitana* – quanto maior essa proporção, menor a integração entre os Municípios do recorte.
- c) *O número de habitantes do Arranjo Populacional principal da Região Metropolitana* – a população elevada de habitantes nesse tipo de AP indica alta integração da Região Metropolitana, o patamar utilizado foi o de 750.000 habitantes, o mesmo adotado para identificar as Grandes Concentrações Urbanas (IBGE, 2016). 40

²¹ Em alguns casos, o nome da Região Metropolitana refere-se a um Município não participantes de Arranjo Populacional, mas existe Arranjo Populacional na Região Metropolitana. Nessa condição, o AP foi considerado principal, a exemplo das Regiões Metropolitanas de Lages (SC), de Palmas (TO) e Barra de Santa Rosa (PB), cujos APs principais são respectivamente AP Tocantins/TO, AP Otacilio Costa/SC e AP Cuité - Nova Floresta/PB.

- d) A proporção de habitantes do Arranjo Populacional principal da Região Metropolitana – a proporção elevada de habitantes também indica alta integração²².

Com base nessas quatro variáveis, o nível de integração das Regiões Metropolitanas foi classificado em Muito alto, Alto, Médio, Baixo e Muito Baixo, segundo os parâmetros do quadro a seguir:

| Nível de integração | | Municípios não integrados (MNI) | | Arranjo Populacional principal (APP) | |
|--------------------------|-----------------|--|--|---|--|
| | | Proporção de MNI na Região Metropolitana | Proporção de habitantes de MNI na Região Metropolitana | Quantidade de habitantes do APP na Região Metropolitana | Proporção de habitantes do APP na Região Metropolitana |
| Muito alto | Integrado | Menor que 50,0% | | Maior ou igual a 750.000 | Maior ou igual a 75,0% |
| Alto ¹ | | Menor que 50,0% OU | | Maior ou igual a 750.000 OU | Maior ou igual a 75,0% |
| Médio | | Maior ou igual a 50,0% | Menor ou igual a 75,0% | Menor que 750.000 | Menor que 75,0% |
| Baixo | Pouco integrado | Maior que 75,0% | Maior que 75,0% | Menor que 750.000 | |
| Muito baixo ² | | 0,0% | 0,0% | | |

Quadro 3 – Nível de integração das Regiões Metropolitanas

Notas:

¹O nível de integração Alto é o único em que a presença de uma das condições citadas na linha correspondente no quadro é suficiente para a classificação. Nas demais, todas as condições listadas devem estar presentes.

²O nível de integração Muito Baixo na prática representa as Regiões Metropolitanas que não apresentam nenhum Município que é Núcleo nem Subnúcleo de Arranjo Populacional.

Os níveis de integração foram reclassificados em dois grupos para compor a tipologia: os níveis muito alto, alto e médio são integrados e os níveis baixo e muito baixo pouco integrados.

5.3. Classificação tipológica

A Tipologia em escala Metropolitana classifica as Regiões Metropolitanas²³ em três tipos segundo o porte populacional, de acordo com o item 5.2.1, e em seis subtipos segundo o nível de integração das Regiões Metropolitanas, de acordo com o item 5.2.2. A composição final dos critérios da tipologia é apresentada no quadro a seguir:

²² Se o Arranjo Populacional principal possuir um Município fora do Agrupamento Legal em questão, a população desse Município não é contabilizada nas etapas c e d.

²³ Inclui Regiões Metropolitanas (RM), Aglomerados Urbanos (AU) e Regiões Integradas de Desenvolvimento (RIDE).



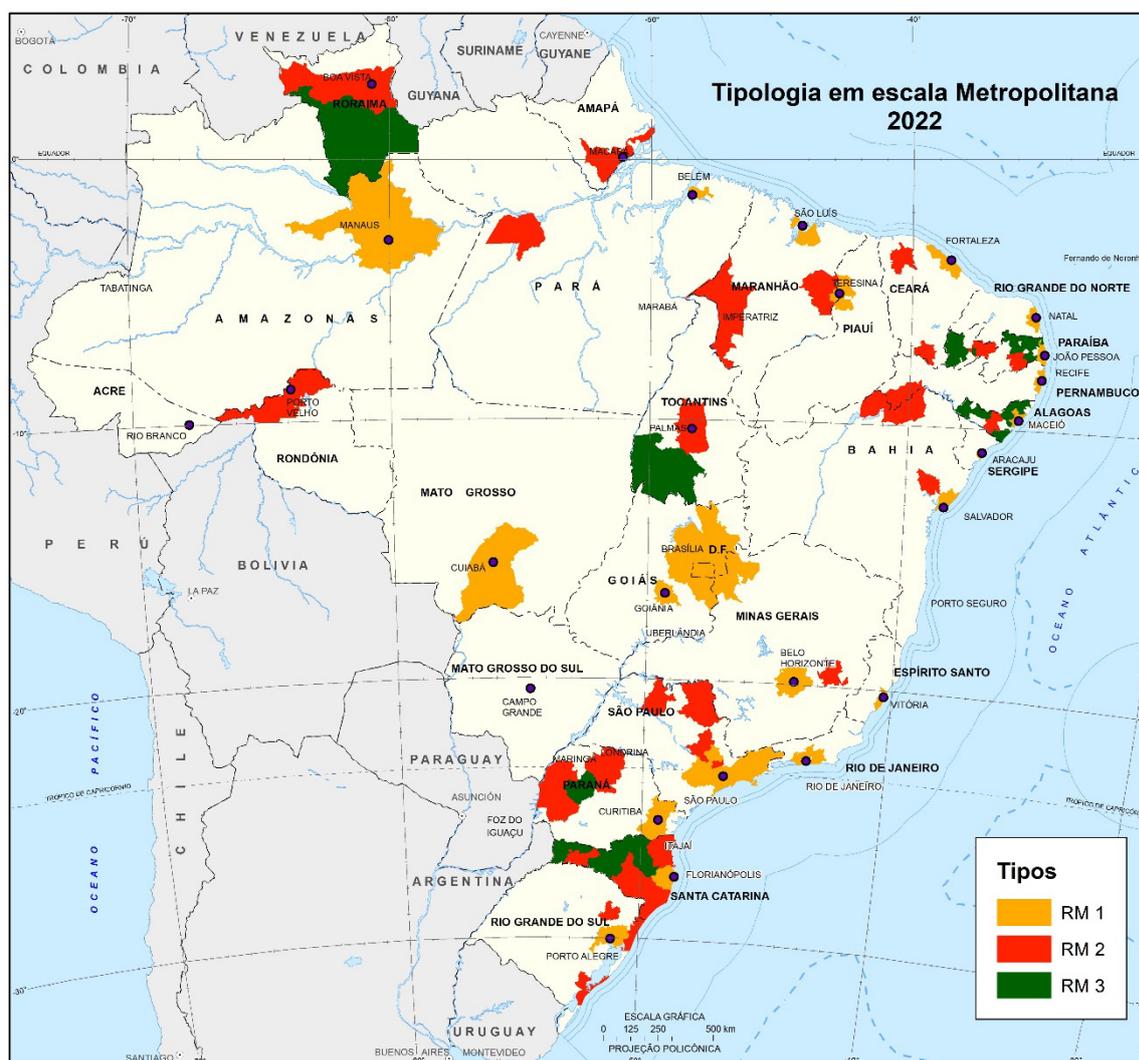
| Tipos da escala Metropolitana | Presença de concentração urbana/ populacional | Nível de integração | Subtipos da escala Metropolitana |
|--|--|----------------------------|---|
| Regiões Metropolitanas de maior conformidade/ características de Metrôpoles | Grande (maior que 750 mil hab.) | Integradas | RM 1A |
| | | Pouco integradas | RM 1B |
| Regiões Metropolitanas de média conformidade/ características de aglomerações urbanas | Média (entre 100 e 750 mil hab.) | Integradas | RM 2A |
| | | Pouco integradas | RM 2B |
| Regiões Metropolitanas de menor conformidade/ características de regionalizações estaduais | Pequena (menor que 100 mil hab.) | Integradas | RM 3A |
| | | Pouco integradas | RM 3B |

Quadro 4 – Tipologia de escala Metropolitana

A ideia norteadora da Tipologia de escala Metropolitana foi separar as Regiões Metropolitanas de acordo com o porte (Grandes e Médias Concentrações Urbanas; Pequenas Concentrações Populacionais) e em seguida destacar o nível de integração das Regiões Metropolitanas. Dessa forma, a tipologia consegue identificar Regiões Metropolitanas constituídas por Municípios que de fato interagem muito entre si, além de identificar aqueles em que a Região Metropolitana não reflete uma intensa integração de fato, ou ainda aquelas que são constituídas por muitos Municípios e que a maioria deles está distante de uma interação mais intensa.

6. RESULTADOS – TIPOLOGIA DE ESCALA METROPOLITANA

As 86 Regiões Metropolitanas estão presentes em 25 unidades da federação e abrangem 1.476 (26,5%) dos Municípios do País. Por outro lado, a maioria da população brasileira, 58,3%, habita Regiões Metropolitanas. Dessa população, 93,3% é urbana, o que reforça a importância dos recortes integrados intermunicipais para a elaboração e monitoramento da política urbana. A figura 8 e a tabela 4 a seguir mostram a distribuição e os tipos das Regiões Metropolitanas, a tabela 5 mostra a distribuição dos Municípios em relação às RMs e a tabela 6 representa a população por tipo de RM.



Fontes: Elaborado a partir de IBGE (2016, 2017, 2022)

Figura 8 – Tipologia de escala Metropolitana segundo três grandes tipos



Tabela 6 – População total, urbana e rural dos Municípios por participação em Região Metropolitana (RM) e tipos

| Participação em RM e tipos em escala Metropolitana | Percentual de População | | População |
|--|-------------------------|--------------|--------------------|
| | Urbana | Rural | |
| Não integrantes de RM | 71,9% | 28,1% | 79.531.801 |
| RM 1 | 96,3% | 3,7% | 85.682.255 |
| RM 1A | 96,4% | 3,6% | 83.471.608 |
| RM 1B | 91,2% | 8,8% | 2.210.647 |
| RM 2 | 86,4% | 13,6% | 21.471.703 |
| RM 2A | 88,2% | 11,6% | 17.987.926 |
| RM 2B | 75,8% | 23,8% | 3.483.777 |
| RM 3 | 66,7% | 33,3% | 4.138.495 |
| RM 3A | 64,8% | 35,2% | 1.057.151 |
| RM 3B | 67,3% | 32,7% | 3.061.344 |
| Total | 84,3% | 15,6% | 190.824.254 |

Fontes: Elaborada a partir de IBGE (2016, 2017, 2022)

Tabela 5 – Municípios (quantidade e percentual) por participação em Regiões Metropolitanas (RM) e tipos

| Participação em RM e tipos em escala Metropolitana | Municípios | Percentual de Municípios | Percentual de Municípios integrantes de RM |
|--|--------------|--------------------------|--|
| Não integrantes de RM | 4.094 | 73,5% | |
| RM 1 | 502 | 9,0% | 34,0% |
| RM 1A | 489 | 8,8% | 33,1% |
| RM 1B | 13 | 0,2% | 0,8% |
| RM 2 | 637 | 11,4% | 43,2% |
| RM 2A | 527 | 9,5% | 35,7% |
| RM 2B | 110 | 2,0% | 7,5% |
| RM 3 | 337 | 6,1% | 22,8% |
| RM 3A | 80 | 1,4% | 5,4% |
| RM 3B | 257 | 4,6% | 17,4% |
| Total | 5.570 | 100,0% | 100,0% |

Fontes: Elaborada a partir de IBGE (2016, 2017, 2022)

Tabela 4 – Quantidade de Regiões Metropolitanas (RM) por tipos

| Tipos Escala Metropolitana | Quantidade de RM | Percentual de RM |
|----------------------------|------------------|------------------|
| RM 1 | 25 | 29,1% |
| RM 1A | 24 | 28,0% |
| RM 1B | 1 | 1,2% |
| RM 2 | 37 | 43,0% |
| RM 2A | 29 | 33,7% |
| RM 2B | 8 | 9,3% |
| RM 3 | 24 | 27,9% |
| RM 3A | 6 | 7,0% |
| RM 3B | 18 | 20,9% |
| Total | 86 | 100,0% |

Fontes: Elaborada a partir de IBGE (2016, 2017, 2022)

O tipo **RM 1** são **Regiões Metropolitanas de maior conformidade/ características de Metrôpoles**, possuem a presença de Grandes Concentrações Urbanas. Das 86 Regiões Metropolitanas do País, 25 (29,1%) são classificadas no tipo RM 1, com 502 Municípios participantes. O tipo RM 1 é o possui maior número de habitantes (85.682.255), o que perfaz

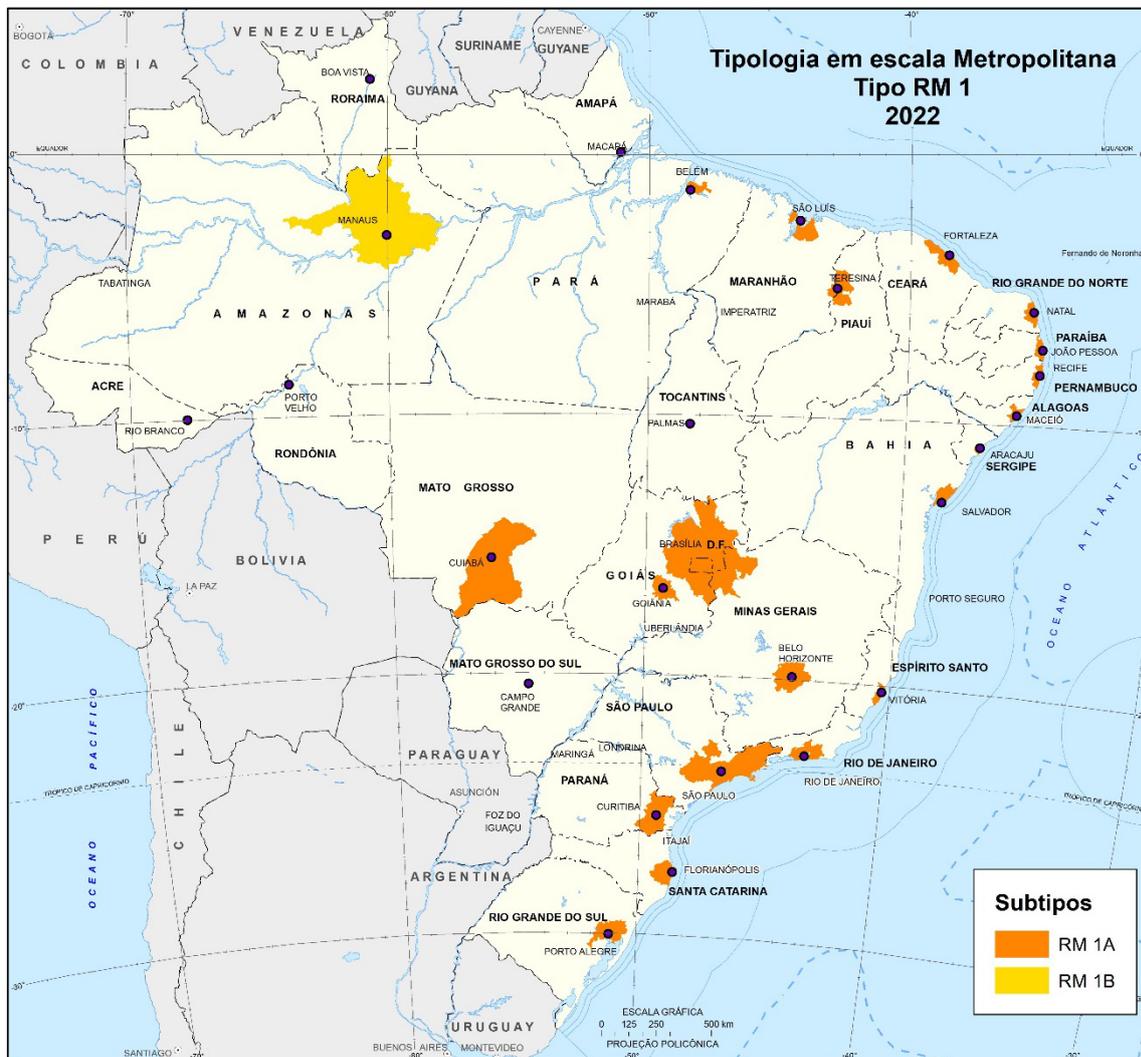
44,9% do total do País e 77,0% dos habitantes de Regiões Metropolitanas. Essa dinâmica urbana concentrada é observável ainda pelo fato de que a maioria das Regiões Metropolitanas do tipo 1 abrigam de forma predominante as Metrôpoles (60,0%). São exemplos as Regiões Metropolitanas cujos núcleos são os Arranjos Populacionais (AP) de São Paulo/SP, Rio de Janeiro/RJ, Brasília/DF, Belém/PA, Salvador/BA e Porto Alegre/RS. As que não são Metrôpoles têm seus núcleos identificados como Capitais Regionais (40,0%), o segundo grupo mais elevado da hierarquia urbana segundo a pesquisa REGIC. É o caso das Regiões Metropolitanas cujos núcleos são os APs de São Luís/MA, Sorocaba/SP e Cuiabá/MT. A grande maioria das capitais estaduais, 21, encontram-se no tipo RM 1 da Tipologia em escala Metropolitana. A Tabela 7 na sequência mostra a distribuição dos tipos em escala Metropolitana de acordo com a hierarquia urbana dos respectivos núcleos.

O tipo RM 1 subdivide-se em dois: 1) RM 1A, que possuem uma dinâmica urbana integrada e totalizam 24 RM, e 2) RM 1B, nos quais as Regiões Metropolitanas não apresentam integração intermunicipal significativa. Apenas a RM de Manaus foi classificada no tipo RM 1B, pois não há Arranjo Populacional no recorte Metropolitano.

Tabela 7 – Percentual de núcleos de Regiões Metropolitanas (RM) por tipos e hierarquia urbana

| Hierarquia | Participação em RM e percentual de Municípios por tipos em escala Metropolitana | | | | | | | | | |
|------------------------|---|--------|--------|---------------|--------|--------|---------------|--------|--------|---------------------|
| | RM1 | RM1A | RM1B | RM2 | RM2A | RM2B | RM3 | RM3A | RM3B | Total Núcleos de RM |
| 1. Metrôpole | 60,0% | 58,3% | 100,0% | 0,0% | 0,0% | 0,0% | 0,0% | 0,0% | 0,0% | 17,4% |
| 2. Capital Regional | 40,0% | 41,7% | 0,0% | 81,1% | 82,8% | 75,0% | 4,2% | 0,0% | 5,6% | 47,7% |
| 3. Centro Sub-Regional | 0,0% | 0,0% | 0,0% | 18,9% | 17,2% | 25,0% | 54,2% | 66,7% | 50,0% | 23,3% |
| 4. Centro de Zona | 0,0% | 0,0% | 0,0% | 0,0% | 0,0% | 0,0% | 12,5% | 33,3% | 5,6% | 3,5% |
| 5. Centro Local | 0,0% | 0,0% | 0,0% | 0,0% | 0,0% | 0,0% | 29,2% | 0,0% | 38,9% | 8,1% |
| Total | 100,0% | 100,0% | 100,0% | 100,0% | 100,0% | 100,0% | 100,0% | 100,0% | 100,0% | 100,0% |

Fontes: Elaborada a partir de IBGE (2016, 2017, 2020(a), 2022)



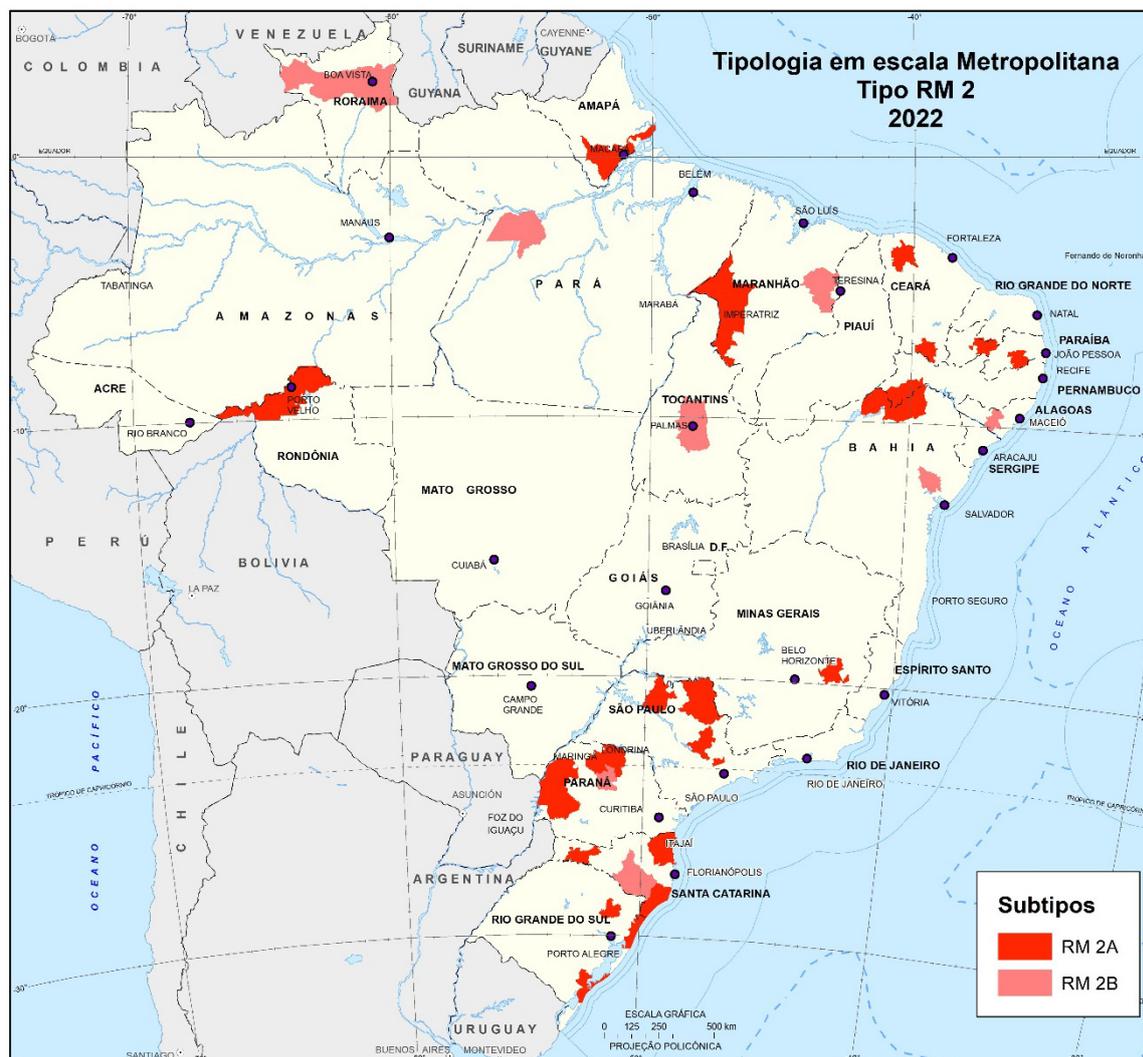
Fontes: Elaborado a partir de IBGE (2016, 2017, 2022)

Figura 9 – Tipologia em escala Metropolitana Subtipos RM 1A e 1B

O tipo RM 2 são as **Regiões Metropolitanas de média conformidade/ características de aglomerações urbanas**, com a presença de Médias Concentrações Urbanas. É composto por 37 Regiões Metropolitanas (43,0% do total de RM). Estão classificadas no tipo RM 2 um total de 637 Municípios, 43,2% dos Municípios em Regiões Metropolitanas, que o coloca como o tipo em escala Metropolitana mais numeroso e com maior participação de Municípios. Porém, a população do tipo RM 2 é bem menor que a do tipo RM 1, com 21.471.703 habitantes, o que representa 11,3% do total do País e 19,3% da população que habita Regiões Metropolitanas. Os núcleos das Regiões Metropolitanas de tipo RM 2 são predominantemente Capitais Regionais (81,1%) e em menor número Centros Sub-Regionais (18,9%), ambas configuram hierarquias de estrato elevado da rede urbana, mas inferior às Metrôpoles que predominam no tipo RM 1. Isso indica que as Regiões

Metropolitanas de tipo RM 2 exercem um papel relevante na articulação regional de Cidades, além de constituírem grupos integrados de Municípios com população elevada, com Médias Concentrações Urbanas. Apenas quatro capitais estaduais estão em Regiões Metropolitanas de tipo RM 2: Macapá (AP), Porto Velho (RO), Boa Vista (RR) e Palmas (TO).

O tipo RM 2 tem três subtipos. O subtipo RM 2A são as Regiões Metropolitanas que contêm Médias Concentrações Urbanas e possuem integração significativa entre os Municípios participantes, como as RMs de Campina Grande (PB), Londrina (PR) e Macapá (AP). O subtipo RM 2B é composto por Regiões Metropolitanas com presença de Médias Concentrações Urbanas mas pouca integração observada entre os Municípios, a exemplo das RMs de Feira de Santana (BA), Palmas (TO) e Santarém (PA).



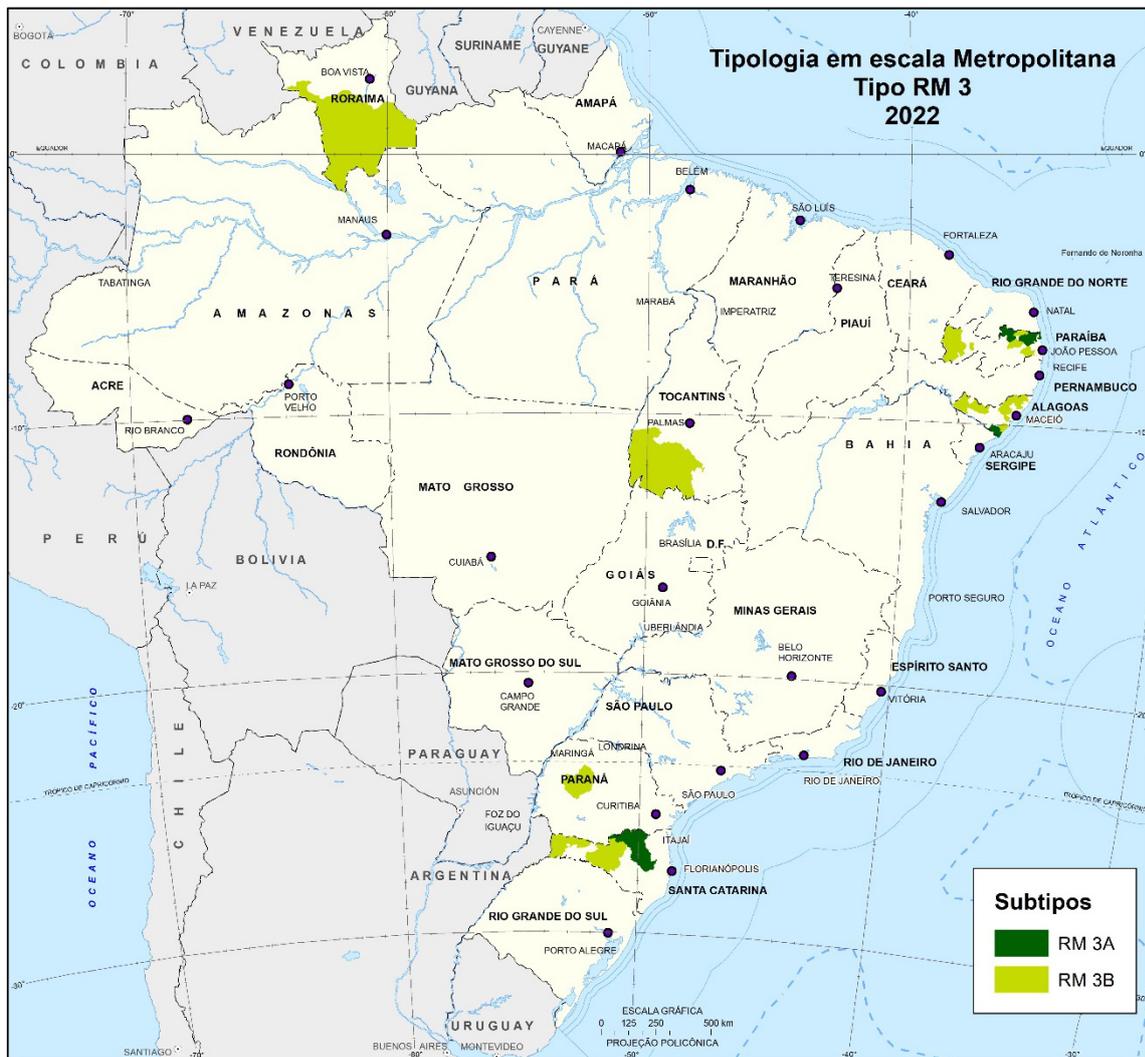
Fontes: Elaborado a partir de IBGE (2016, 2017, 2022)

Figura 10 – Tipologia em escala Metropolitana Subtipos 2A e 2B



O **tipo RM 3** são as **Regiões Metropolitanas de menor conformidade/ características de regionalizações estaduais**, no qual se enquadram todas as Regiões Metropolitanas que não possuem Concentrações Urbanas, denominadas aqui Concentrações Populacionais. Esse grupo é composto por apenas 24 Regiões Metropolitanas. Estão classificados no tipo RM 3 um total de 337 Municípios, 22,8% dos Municípios em Regiões Metropolitanas. A população em RM do tipo RM 3 é bem menor que a dos outros tipos, com 4.138.495 habitantes, o que representa 2,2% do total do País e 3,7% da população que habita Regiões Metropolitanas. Os núcleos das Regiões Metropolitanas de tipo RM 3 são predominantemente Centros Sub-Regionais (54,2%) e Centros Locais (29,2%) e em menor número Centros de Zona (12,5%) e Capitais Regionais (4,2%). Nesse sentido, a maioria dos núcleos de Regiões Metropolitanas no tipo RM 3 (70,8%) são polos de articulação urbana por possuírem hierarquia acima de Centro Local, mesmo estando no último estrato da Tipologia em escala Metropolitana – no contexto nacional, apenas 17,6% das Cidades estão nessa condição.

O subtipo RM 3A são as Regiões Metropolitanas com presença de integração entre Municípios; são os casos das RMs do Alto Vale do Itajaí (SC), Guarabira (PB) e São Francisco (AL). O subtipo RM 3B é composto por RMs que não possuem Concentrações Urbanas e que não têm integração significativa indicada pela presença de Arranjos Populacionais. Um exemplo desse tipo é a RM de Campo Mourão (PR) que é constituída por 25 Municípios e 334.125 habitantes, ou seja, uma RM de grande porte populacional. Entretanto, a RM em questão não possui nenhum Município integrante de Arranjo Populacional, o que indica que a integração urbana efetiva entre esses Municípios não é significativa quando comparada ao contexto nacional de relacionamentos intermunicipais.



Fontes: Elaborado a partir de IBGE (2016, 2017, 2022)

Figura 11 – Tipologia em escala Metropolitana Subtipos 3A e 3B

Tabela 8 – Tipologia em escala metropolitana por Regiões Metropolitanas segundo características das ligações das Cidades e classificação de características de integração e concentração urbana/populacional

| Código da RM | UF | Nome da Região Metropolitana | Concentração urbana/ populacional | Características de integração das RMs | | | Integração | Tipo | Subtipo |
|--------------|----|--|--------------------------------------|---------------------------------------|-------------------------------|---|-----------------|------|---------|
| | | | | População não integrada (%) | Municípios não integrados (%) | População no Arranjo Populacional Principal (%) | | | |
| 001 | RO | Região Metropolitana de Porto Velho | Média | 0% | 0% | 100% | Integrado | RM 2 | RM 2A |
| 002 | AM | Região Metropolitana de Manaus | Grande | 100% | 100% | 0% | Pouco integrado | RM 1 | RM 1B |
| 003 | RR | Região Metropolitana da Capital | Média | 100% | 100% | 0% | Pouco integrado | RM 2 | RM 2B |
| 004 | RR | Região Metropolitana de Central | Pequena | 100% | 100% | 0% | Pouco integrado | RM 3 | RM 3B |
| 005 | RR | Região Metropolitana do Sul do Estado | Pequena | 100% | 100% | 0% | Pouco integrado | RM 3 | RM 3B |
| 006 | PA | Região Metropolitana de Belém | Grande | 11% | 43% | 89% | Integrado | RM 1 | RM 1A |
| 007 | PA | Região Metropolitana de Santarém | Média | 100% | 100% | 0% | Pouco integrado | RM 2 | RM 2B |
| 008 | AP | Região Metropolitana de Macapá | Média | 3% | 33% | 97% | Integrado | RM 2 | RM 2A |
| 009 | TO | Região Metropolitana de Palmas | Média | 93% | 88% | 7% | Pouco integrado | RM 2 | RM 2B |
| 010 | TO | Região Metropolitana de Gurupi | Pequena | 100% | 100% | 0% | Pouco integrado | RM 3 | RM 3B |
| 011 | MA | Região Metropolitana da Grande São Luís | Grande | 9% | 38% | 88% | Integrado | RM 1 | RM 1A |
| 012 | MA | Região Metropolitana do Sudoeste Maranhense | Média | 50% | 77% | 38% | Integrado | RM 2 | RM 2A |
| 013 | PI | Região Integrada de Desenvolvimento da Grande Teresina | Grande | 16% | 86% | 84% | Integrado | RM 1 | RM 1A |
| 014 | CE | Região Metropolitana de Fortaleza | Grande | 11% | 58% | 89% | Integrado | RM 1 | RM 1A |
| 015 | CE | Região Metropolitana do Cariri | Média | 24% | 67% | 76% | Integrado | RM 2 | RM 2A |
| 016 | CE | Região Metropolitana de Sobral | Média | 54% | 89% | 46% | Integrado | RM 2 | RM 2A |
| 017 | RN | Região Metropolitana de Natal | Grande | 12% | 53% | 84% | Integrado | RM 1 | RM 1A |
| 018 | PB | Região Metropolitana de João Pessoa | Grande | 6% | 33% | 89% | Integrado | RM 1 | RM 1A |
| 019 | PB | Região Metropolitana de Campina Grande | Média | 21% | 74% | 79% | Integrado | RM 2 | RM 2A |
| 020 | PB | Região Metropolitana de Guarabira | Pequena | 48% | 60% | 25% | Integrado | RM 3 | RM 3A |

| Código da RM | UF | Nome da Região Metropolitana | Concentração urbana/populacional | Características de integração das RMs | | | Integração | Tipo | Subtipo |
|--------------|----|--|----------------------------------|---------------------------------------|-------------------------------|---|-----------------|------|---------|
| | | | | População não integrada (%) | Municípios não integrados (%) | População no Arranjo Populacional Principal (%) | | | |
| 021 | PB | Região Metropolitana de Patos | Média | 53% | 91% | 47% | Integrado | RM 2 | RM 2A |
| 022 | PB | Região Metropolitana de Esperança | Pequena | 100% | 100% | 0% | Pouco integrado | RM 3 | RM 3B |
| 023 | PB | Região Metropolitana de Cajazeiras | Pequena | 100% | 100% | 0% | Pouco integrado | RM 3 | RM 3B |
| 024 | PB | Região Metropolitana do Vale do Piancó | Pequena | 100% | 100% | 0% | Pouco integrado | RM 3 | RM 3B |
| 025 | PB | Região Metropolitana de Barra de Santa Rosa | Pequena | 61% | 75% | 39% | Integrado | RM 3 | RM 3A |
| 026 | PB | Região Metropolitana do Vale do Mamanguape | Pequena | 45% | 67% | 37% | Integrado | RM 3 | RM 3A |
| 027 | PB | Região Metropolitana de Sousa | Pequena | 100% | 100% | 0% | Pouco integrado | RM 3 | RM 3B |
| 028 | PB | Região Metropolitana de Itabaiana | Pequena | 100% | 100% | 0% | Pouco integrado | RM 3 | RM 3B |
| 029 | PB | Região Metropolitana de Araruna | Pequena | 100% | 100% | 0% | Pouco integrado | RM 3 | RM 3B |
| 030 | PE | Região Metropolitana de Recife Região Administrativa Integrada de Desenvolvimento do | Grande | 0% | 0% | 100% | Integrado | RM 1 | RM 1A |
| 031 | PE | Polo Petrolina/PE e Juazeiro/BA | Média | 28% | 75% | 72% | Integrado | RM 2 | RM 2A |
| 032 | AL | Região Metropolitana de Maceió | Grande | 6% | 25% | 94% | Integrado | RM 1 | RM 1A |
| 033 | AL | Região Metropolitana do Agreste | Média | 100% | 100% | 0% | Pouco integrado | RM 2 | RM 2B |
| 034 | AL | Região Metropolitana do Vale do Paraíba | Pequena | 100% | 100% | 0% | Pouco integrado | RM 3 | RM 3B |
| 035 | AL | Região Metropolitana da Zona da Mata | Pequena | 100% | 100% | 0% | Pouco integrado | RM 3 | RM 3B |
| 036 | AL | Região Metropolitana de Palmeira dos Índios | Pequena | 100% | 100% | 0% | Pouco integrado | RM 3 | RM 3B |
| 037 | AL | Região Metropolitana de Caetés | Pequena | 100% | 100% | 0% | Pouco integrado | RM 3 | RM 3B |
| 038 | AL | Região Metropolitana do Sertão | Pequena | 100% | 100% | 0% | Pouco integrado | RM 3 | RM 3B |
| 039 | AL | Região Metropolitana do Médio Sertão | Pequena | 100% | 100% | 0% | Pouco integrado | RM 3 | RM 3B |
| 040 | AL | Região Metropolitana do São Francisco | Pequena | 52% | 80% | 48% | Integrado | RM 3 | RM 3A |
| 041 | SE | Região Metropolitana de Aracaju | Grande | 0% | 0% | 100% | Integrado | RM 1 | RM 1A |
| 042 | BA | Região Metropolitana de Salvador | Grande | 1% | 8% | 97% | Integrado | RM 1 | RM 1A |
| 044 | BA | Região Metropolitana de Feira de Santana | Média | 100% | 100% | 0% | Pouco integrado | RM 2 | RM 2B |
| 045 | MG | Região Metropolitana de Belo Horizonte | Grande | 6% | 40% | 87% | Integrado | RM 1 | RM 1A |
| 046 | MG | Região Metropolitana do Vale do Aço | Média | 29% | 64% | 71% | Integrado | RM 2 | RM 2A |
| 047 | ES | Região Metropolitana da Grande Vitória | Grande | 6% | 14% | 94% | Integrado | RM 1 | RM 1A |
| 048 | RJ | Região Metropolitana do Rio de Janeiro | Grande | 1% | 9% | 97% | Integrado | RM 1 | RM 1A |
| 049 | SP | Região Metropolitana de São Paulo | Grande | 0% | 5% | 100% | Integrado | RM 1 | RM 1A |
| 050 | SP | Região Metropolitana da Baixada Santista | Grande | 6% | 22% | 94% | Integrado | RM 1 | RM 1A |

| Código da RM | UF | Nome da Região Metropolitana | Concentração urbana/populacional | Características de integração das RMs | | | Integração | Tipo | Subtipo |
|--------------|----|---|----------------------------------|---------------------------------------|-------------------------------|---|-----------------|------|---------|
| | | | | População não integrada (%) | Municípios não integrados (%) | População no Arranjo Populacional Principal (%) | | | |
| 051 | SP | Região Metropolitana de Campinas | Grande | 16% | 35% | 67% | Integrado | RM 1 | RM 1A |
| 052 | SP | Região Metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte | Grande | 10% | 44% | 63% | Integrado | RM 1 | RM 1A |
| 053 | SP | Região Metropolitana de Sorocaba | Grande | 22% | 44% | 42% | Integrado | RM 1 | RM 1A |
| 054 | SP | Região Metropolitana de Ribeirão Preto | Média | 48% | 76% | 49% | Integrado | RM 2 | RM 2A |
| 055 | PR | Região Metropolitana de Curitiba | Grande | 4% | 31% | 95% | Integrado | RM 1 | RM 1A |
| 056 | PR | Região Metropolitana de Londrina | Média | 34% | 84% | 66% | Integrado | RM 2 | RM 2A |
| 057 | PR | Região Metropolitana de Maringá | Média | 19% | 54% | 77% | Integrado | RM 2 | RM 2A |
| 058 | PR | Região Metropolitana de Umuarama | Média | 64% | 92% | 36% | Integrado | RM 2 | RM 2A |
| 059 | PR | Região Metropolitana de Apucarana | Média | 100% | 100% | 0% | Pouco integrado | RM 2 | RM 2B |
| 060 | PR | Região Metropolitana de Campo Mourão | Pequena | 100% | 100% | 0% | Pouco integrado | RM 3 | RM 3B |
| 061 | PR | Região Metropolitana de Cascavel | Média | 39% | 92% | 61% | Integrado | RM 2 | RM 2A |
| 062 | PR | Região Metropolitana de Toledo | Média | 65% | 89% | 35% | Integrado | RM 2 | RM 2A |
| 063 | SC | Região Metropolitana de Florianópolis | Grande | 13% | 55% | 87% | Integrado | RM 1 | RM 1A |
| 064 | SC | Região Metropolitana do Vale do Itajaí | Média | 18% | 56% | 63% | Integrado | RM 2 | RM 2A |
| 066 | SC | Região Metropolitana de Lages | Média | 95% | 91% | 5% | Pouco integrado | RM 2 | RM 2B |
| 067 | SC | Região Metropolitana da Foz do Rio Itajaí | Média | 0% | 0% | 86% | Integrado | RM 2 | RM 2A |
| 068 | SC | Região Metropolitana Carbonífera | Média | 14% | 38% | 65% | Integrado | RM 2 | RM 2A |
| 069 | SC | Região Metropolitana de Tubarão | Média | 38% | 74% | 51% | Integrado | RM 2 | RM 2A |
| 070 | SC | Região Metropolitana do Alto Vale do Itajaí | Pequena | 72% | 89% | 28% | Integrado | RM 3 | RM 3A |
| 071 | SC | Região Metropolitana de Chapecó | Média | 52% | 84% | 44% | Integrado | RM 2 | RM 2A |
| 072 | SC | Região Metropolitana do Extremo Oeste | Pequena | 91% | 96% | 4% | Pouco integrado | RM 3 | RM 3B |
| 073 | SC | Região Metropolitana do Contestado | Pequena | 81% | 82% | 11% | Pouco integrado | RM 3 | RM 3B |
| 074 | RS | Região Metropolitana de Porto Alegre | Grande | 3% | 12% | 91% | Integrado | RM 1 | RM 1A |
| 075 | RS | Região Metropolitana da Serra Gaúcha | Média | 7% | 43% | 68% | Integrado | RM 2 | RM 2A |
| 076 | MT | Região Metropolitana do Vale do Rio Cuiabá | Grande | 15% | 85% | 85% | Integrado | RM 1 | RM 1A |
| 077 | GO | Região Metropolitana de Goiânia | Grande | 5% | 29% | 95% | Integrado | RM 1 | RM 1A |
| 078 | DF | Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno | Grande | 12% | 62% | 86% | Integrado | RM 1 | RM 1A |
| 080 | SP | Região Metropolitana de São José do Rio Preto | Média | 30% | 57% | 65% | Integrado | RM 2 | RM 2A |
| 081 | SP | Região Metropolitana de Jundiaí | Média | 0% | 0% | 100% | Integrado | RM 2 | RM 2A |

| Código da RM | UF | Nome da Região Metropolitana | Concentração urbana/populacional | Características de integração das RMs | | | Integração | Tipo | Subtipo |
|--------------|----|--|----------------------------------|---------------------------------------|-------------------------------|---|------------|------|---------|
| | | | | População não integrada (%) | Municípios não integrados (%) | População no Arranjo Populacional Principal (%) | | | |
| 082 | SP | Região Metropolitana de Piracicaba | Média | 19% | 38% | 30% | Integrado | RM 2 | RM 2A |
| 083 | MA | Região Metropolitana da Zona Leste do Estado do Maranhão | Média | 100% | 100% | 0% Pouco integrado | | RM 2 | RM 2B |
| 084 | SC | Região Metropolitana do Planalto Norte | Pequena | 31% | 60% | 15% | Integrado | RM 3 | RM 3A |
| 085 | SC | Região Metropolitana de Jaraguá do Sul | Média | 16% | 43% | 84% | Integrado | RM 2 | RM 2A |
| 086 | SC | Região Metropolitana de Joinville | Média | 12% | 56% | 72% | Integrado | RM 2 | RM 2A |
| 203 | SP | Aglomeración Urbana de Franca | Média | 35% | 58% | 59% | Integrado | RM 2 | RM 2A |
| 204 | RS | Aglomeración Urbana do Sul | Média | 39% | 40% | 61% | Integrado | RM 2 | RM 2A |
| 205 | RS | Aglomeración Urbana do Litoral Norte | Média | 22% | 55% | 35% | Integrado | RM 2 | RM 2A |

Fontes: Elaboração com base em IBGE (2018, 2020(a), 2022)



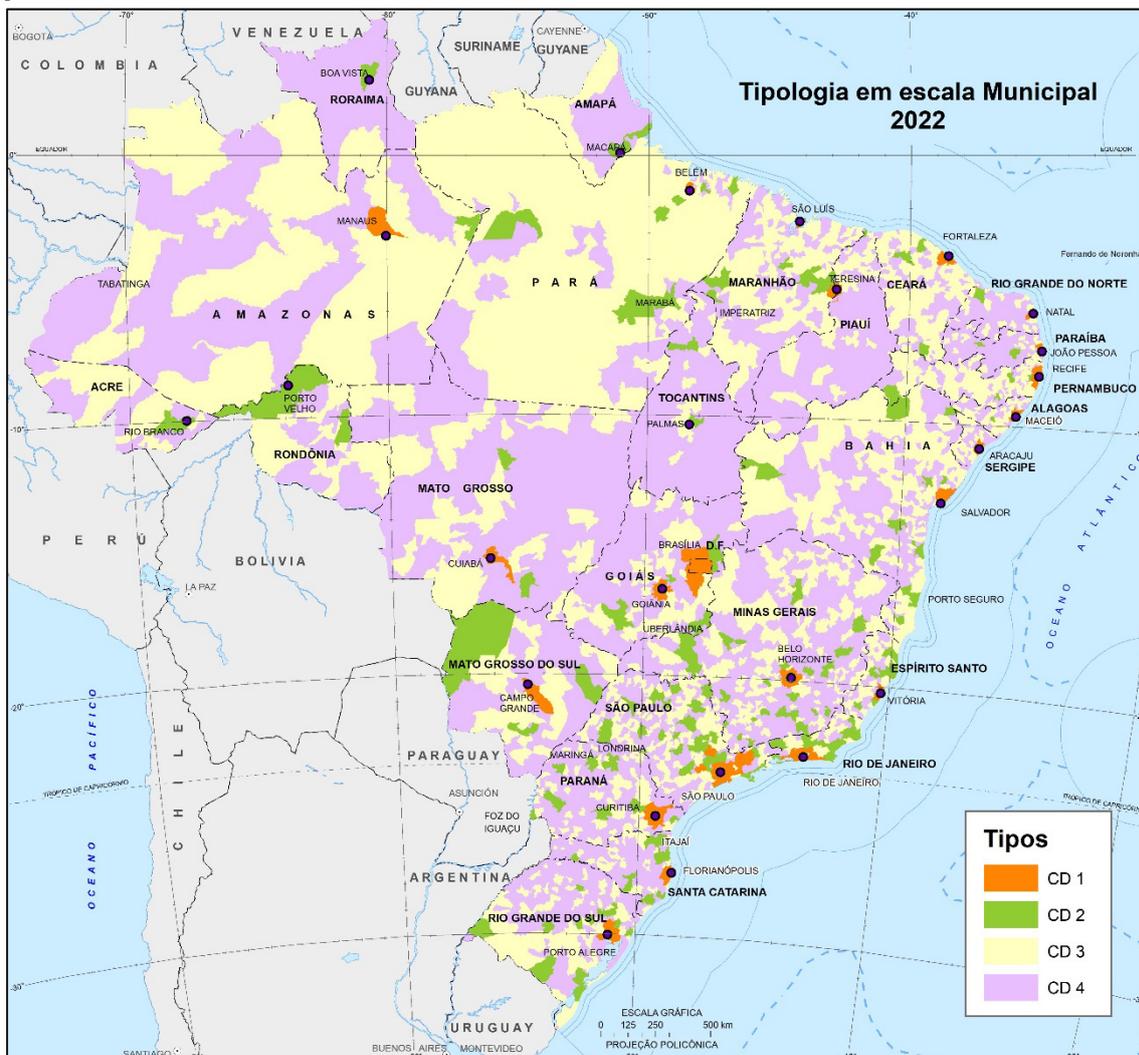
7. METODOLOGIA – TIPOLOGIA EM ESCALA MUNICIPAL

7.1. Definição do recorte espacial “Cidade” para definição da Tipologia em escala Municipal

Assim como para a Tipologia em escala Metropolitana, foi considerado que o fato urbano não se circunscreve necessariamente aos limites político-administrativos municipais. Municípios vizinhos ou muito próximos podem compartilhar uma dinâmica urbana comum, sob formas como áreas urbanizadas contíguas, sistemas viários interdependentes, fluxos intensos e diários de pessoas e mercadorias, além de outras funções de interesse comum. Mesmo Municípios que contam com baixo montante populacional, ao compartilhar a dinâmica urbana de uma Metrópole, por exemplo, tendem a apresentar problemas urbanos com complexidade superior aos que seriam enfrentados por Municípios não integrados com número de habitantes semelhante. Deste modo, as características consideradas para classificação dos Municípios correspondem não apenas aos dados municipais, mas à Cidade da qual o Município participa (ver definição na seção 2.1).

7.2. Seleção das variáveis para classificação e resultado

O primeiro grande corte classificatório diz respeito ao porte da **Concentração Urbana** (ver definição na seção 2.4) da qual o Município participa. Municípios integrantes de Cidades que contavam com mais de 750 mil habitantes em 2010 (data de referência do estudo) são caracterizados como Grandes Concentrações, sendo enquadrados como **tipo CD 1**; já Municípios integrantes de Cidades entre 750 e 100 mil habitantes, seguindo o mesmo estudo anterior, compõem Médias Concentrações, correspondentes ao **tipo CD 2**; os demais Municípios, fora do escopo do estudo acerca de Grandes e Médias Concentrações, foram divididos de acordo com o porte populacional do próprio Município, quando não participantes de Arranjos Populacionais, ou relacionado ao Arranjo Populacional dos quais participam: os que possuíam, em 2010, montante populacional entre 100 e 20 mil habitantes, foram enquadrados como **tipo CD 3**; e, por fim, abaixo de 20 mil habitantes, os Municípios compuseram o **tipo CD 4**. O corte populacional de 20 mil habitantes foi adotado inspirado no limiar populacional utilizado legalmente para obrigação de Municípios a elaborarem Plano Diretor.



Fonte: Elaborado a partir de IBGE (2016)

Figura 12 – Tipologia em escala Municipal – cinco grandes tipos

O segundo corte classificatório se propôs a discriminar, em cada grande tipo, os Municípios que participam de Arranjos Populacionais de acordo com o papel que exercem na dinâmica intraurbana. Municípios que fazem parte de Arranjos Populacionais em Grandes Concentrações como núcleo ou subnúcleo foram classificados como **subtipo CD 1A**. Ser núcleo ou subnúcleo significa que o Município concentra maior papel de gestão e provimento de bens e serviços em relação aos demais componentes do Arranjo Populacional, bem como geralmente maior montante populacional. São exemplos, para o Arranjo Populacional de São Paulo/SP, o Município de São Paulo (SP) (núcleo do Arranjo) e os Municípios de Guarulhos, São Bernardo do Campo, Santo André, Osasco, Mogi das Cruzes, Barueri e Itapeperica da Serra (SP) (todos subnúcleos do mesmo Arranjo). Os demais 29 Municípios que compõem o Arranjo Populacional de São Paulo/SP, que compreendem desde Mauá (SP) com mais de 400 mil habitantes até São Lourenço da Serra (SP) com menos de 14 mil habitantes, foram classificados como **subtipo CD 1B**. Apesar de suas diferenças internas, todos esses Municípios participam

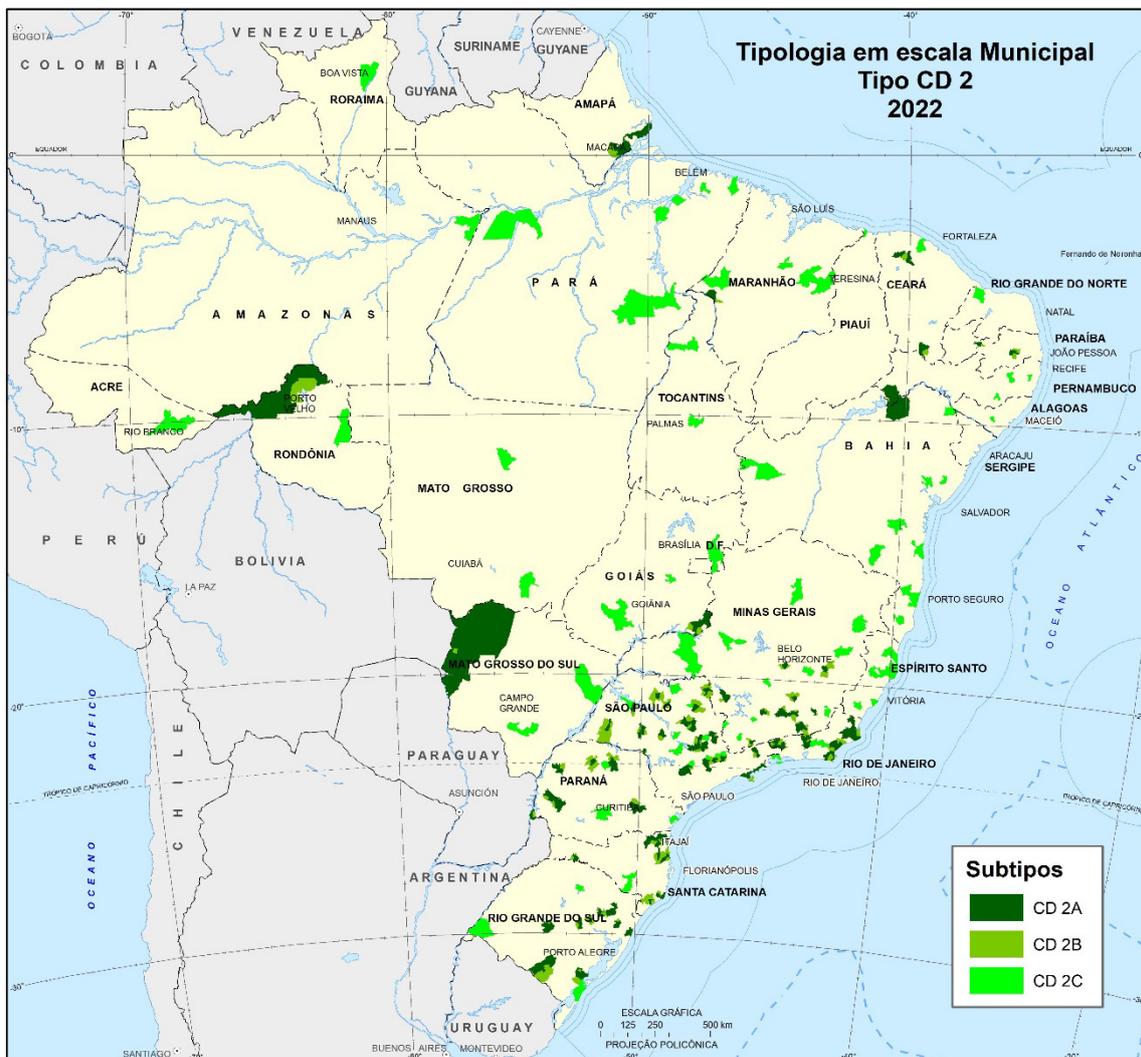
da dinâmica Metropolitana, partilhando contextos e problemáticas urbanas que devem ser consideradas na formulação de políticas públicas específicas.



Fonte: Elaborado a partir de IBGE (2016)

Figura 13 – Tipologia em escala Municipal Subtipos CD 1A, 1B e 1C

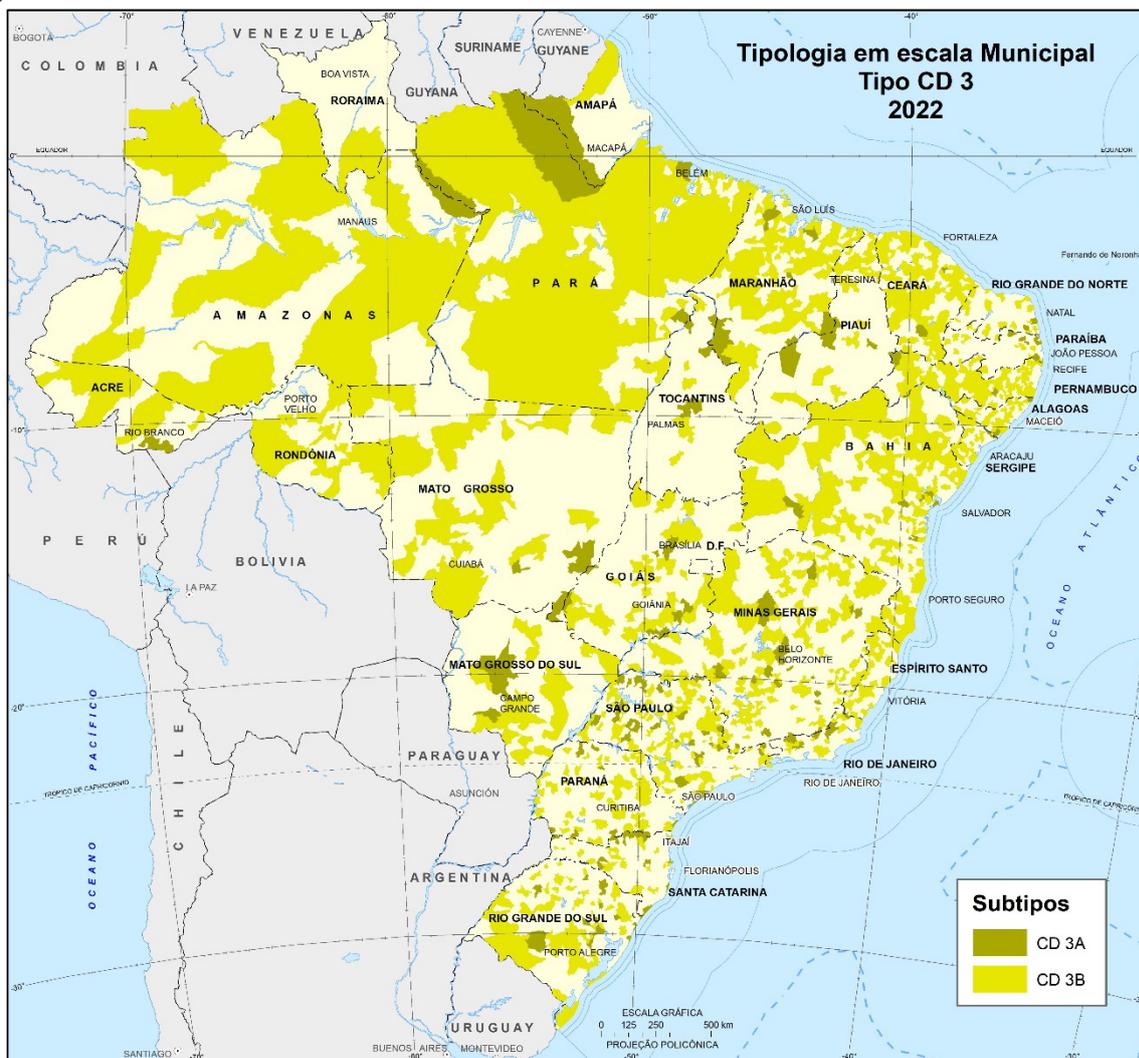
Municípios que não participam de Arranjos Populacionais, mas que também foram classificados como Grandes Concentrações, compõem o **subtipo CD 1C**. Apenas dois Municípios atenderam a estes critérios: Manaus (AM), que em 2010 possuía mais de 1 milhão e 800 mil habitantes, e Campo Grande (MS) com mais de 780 mil habitantes.



Fonte: Elaborado a partir de IBGE (2016)

Figura 14 – Tipologia em escala Municipal Subtipos CD 2A, 2B e 2C

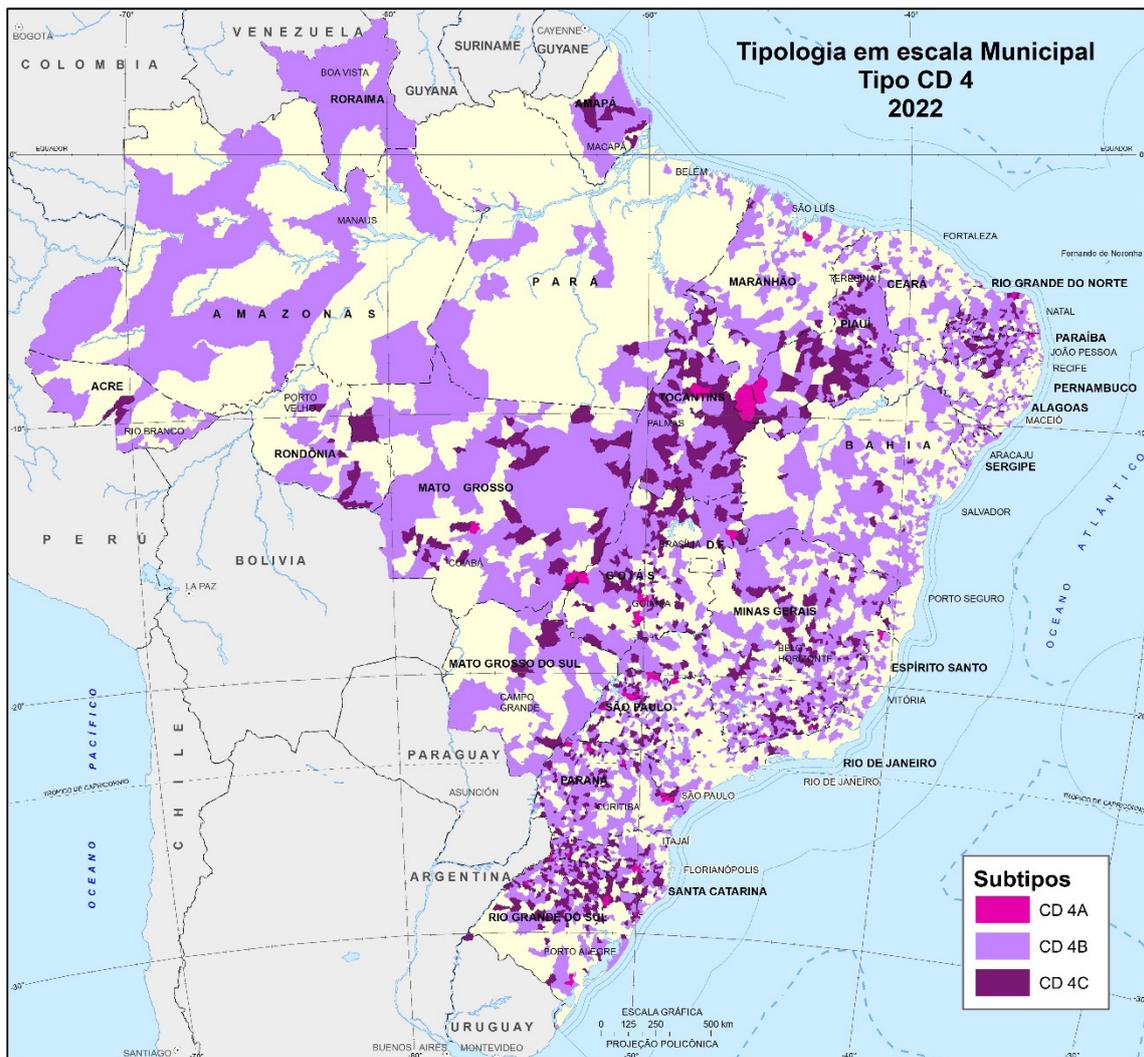
De forma similar, as Médias Concentrações correspondentes ao tipo CD 2 foram subdivididas em **subtipo CD 2A** (Municípios que são núcleos e subnúcleos dos Arranjos Populacionais de que participam), **subtipo CD 2B** (os demais participantes dos Arranjos Populacionais excetuando núcleos e subnúcleos) e **subtipo CD 2C** (Municípios que não participam de Arranjos Populacionais e foram caracterizados como Médias Concentrações).



Fonte: Elaborado a partir de IBGE (2016)

Figura 15 – Tipologia em escala Municipal Subtipos CD 3A e 3B

Já as Pequenas Concentrações Populacionais (com população inferior a 100 mil habitantes), nas quais, no interior dos Arranjos Populacionais, já não há distinção tão marcante entre os Municípios classificados como núcleos, subnúcleos e demais participantes, a tipologia apenas distingue os que possuem dinâmica urbana compartilhada com outros Municípios dos Municípios que não participam de Arranjo Populacional. Os que compõem o tipo CD 3, entre 20 e 100 mil habitantes, foram divididos entre **subtipo CD 3A** (participantes de Arranjo Populacional) e **subtipo CD 3B** (Municípios que não participam de Arranjo Populacional). Vale ressaltar que a população considerada para esta classificação é a somatória dos participantes do Arranjo Populacional.



Fonte: Elaborado a partir de IBGE (2016)

Figura 16 – Tipologia em escala Municipal Subtipos CD 4A, 4B e 4C

Idêntico procedimento foi feito quanto ao tipo CD 4 (menor que 20 mil habitantes), separando, no **subtipo CD 4A**, os que participam de Arranjo Populacional entre 5 e 20 mil habitantes, no **subtipo CD 4B**, os Municípios que não participam de Arranjo Populacional e possuem entre 5 e 20 mil habitantes; além dessa divisão, foram incluídos no tipo CD 4 os Municípios e Arranjos Populacionais com menos de 5 mil habitantes, correspondentes ao **subtipo CD 4C**.

Neste patamar populacional, os Municípios integrados são menos numerosos em relação aos tipos anteriores, de maneira que apenas 2% dos Municípios do tipo CD 4 correspondem ao subtipo CD 4A, integrando Arranjo Populacional acima de 5 mil habitantes. Outra observação é que a maior parte dos Municípios do País estão classificados no subtipo CD 4B: 42% dos Municípios brasileiros recebem esta classificação.

A distribuição dos Municípios classificados em cada subtipo é a seguir:

| Subtipo | Municípios componentes do subtipo | Total de Municípios | Percentual |
|---------|---|---------------------|------------|
| 1A | Municípios núcleos ou subnúcleos de Cidades grandes (mais de 750 mil habitantes) | 56 | 1,01% |
| 1B | Municípios integrantes de Cidades grandes (mais de 750 mil habitantes), exceto núcleos ou subnúcleos | 219 | 3,93% |
| 1C | Municípios de grande porte (mais de 750 mil habitantes) | 2 | 0,04% |
| 2A | Municípios núcleos ou subnúcleos de Cidades médias (entre 100 e 750 mil habitantes) | 98 | 1,76% |
| 2B | Municípios integrantes de Cidades médias (entre 100 e 750 mil habitantes), exceto núcleos ou subnúcleos | 199 | 3,57% |
| 2C | Municípios de porte médio (entre 100 e 750 mil habitantes) | 81 | 1,45% |
| 3A | Municípios integrantes de Cidades pequenas (entre 20 e 100 mil habitantes) | 290 | 5,21% |
| 3B | Municípios de porte pequeno (entre 20 e 100 mil habitantes) | 1056 | 18,96% |
| 4A | Municípios que integram Cidades muito pequenas (entre 5 e 20 mil habitantes) | 74 | 1,33% |
| 4B | Município de porte muito pequeno (entre 5 mil e 20 mil habitantes) | 2330 | 41,83% |
| 4C | Municípios com até 5 mil habitantes | 1165 | 20,92% |

Quadro 5 – Tipologia em escala Municipal

7.3. Caracterização dos tipos e subtipos

7.3.1. Hierarquia urbana, participação da população rural e distribuição por Unidades da Federação

O **tipo CD 1** como um todo se caracteriza por possuir as Cidades com maior nível de gestão urbana e concentração populacional do País. Nele estão todas as Metrópoles e grande parte das Capitais Regionais A, conforme classificação do estudo Região de Influência das Cidades – REGIC (IBGE, 2020(a)). São Cidades com grande predominância da população urbana em relação à rural, estando esta última restrita a Municípios que compõem Arranjos Populacionais não sendo núcleos nem subnúcleos, classificadas no subtipo CD 1B. Apenas cinco capitais estaduais não foram enquadradas no grupo 1: Porto Velho (RO), Macapá (AP), Rio Branco (AC), Boa Vista (RR) e Palmas (TO), que compõem Médias Concentrações e, portanto, fazem parte do tipo CD 2.

Tabela 9 – Percentual de Municípios por tipos e hierarquia urbana

| Hierarquia urbana da Cidade (segundo REGIC) | Tipo CD 1 | Tipo CD 2 | Tipo CD 3 | Tipo CD 4 |
|--|---------------|---------------|---------------|---------------|
| Grande Metrópole Nacional | 13,36% | | | |
| Metrópole Nacional | 10,83% | | | |
| Metrópole | 53,07% | | | |
| Capital Regional A | 14,80% | 1,85% | | |
| Capital Regional B | 5,42% | 20,37% | | |
| Capital Regional C | 2,53% | 41,27% | 0,37% | |
| Centro Subregional A | | 21,16% | 5,27% | |
| Centro Subregional B | | 14,81% | 21,25% | 0,08% |
| Centro de Zona A | | 0,26% | 12,04% | 0,28% |
| Centro de Zona B | | | 9,51% | 3,81% |
| Centro Local | | 0,26% | 51,56% | 95,83% |

Fontes: Elaborada a partir de IBGE (2016, 2020(a))

O **tipo CD 2**, no qual mais da metade dos Municípios foram classificados como Capitais Regionais, também possui população urbana muito predominante em relação à rural. Neste tipo se destacam importantes polos no interior dos estados, tanto compondo Arranjos Populacionais com os Municípios vizinhos, caso de Ribeirão Preto (SP) e Juiz de Fora (RJ), por exemplo (classificados no subtipo CD 2A), quanto como Municípios não integrados, caso de Feira de Santana (BA) e Uberlândia (MG) (classificados no subtipo CD 2C).

Nos tipos CD 3 e 4, a hierarquia urbana mais frequente passa a ser Centro Local, visto que esta é a classificação com maior número de Municípios do País: 4.115 dos 5.570 Municípios do País são Centros Locais, isto é, atraem apenas a população residente para aquisição de bens e serviços, não sendo principal destino da população vinda de outros locais. No **tipo CD 3**, no entanto, apenas metade dos Municípios foram classificados como Centros Locais, de modo que os demais constituem uma rede urbana que exerce influência sobre uma série de Municípios próximos, ainda que não tão intensas quanto a influência dos tipos CD 1 e 2. A maior parte dos Centro Sub-Regionais estão no tipo CD 3, destacando-se como mais populosos uma série de Municípios paraenses como Barcarena, Altamira, Paragominas e Itaituba (todos classificados como CD 3B, ou seja, Municípios não integrados do tipo CD 3) e, entre os que constituem Arranjos Populacionais com Municípios do entorno, encontram-se Araxá (MG) e Itumbiara (GO), classificados como CD 3A. A participação da população rural neste grupo já passa a ser relevante, embora seja inferior a um quarto da população municipal em 63% dos Municípios do subtipo CD 3A e 43% dos enquadrados como CD 3B.

Tabela 10 – Participação da população rural segundo subtipos em escala municipal

| Subtipo | Pequena (menor que 25% da população municipal) | Média (entre 25% e 50% da população municipal) | Alta (maior que 50% da população municipal) |
|---------|--|--|---|
| 1A | 98,21% | 0,00% | 1,79% |
| 1B | 81,74% | 13,24% | 5,02% |
| 1C | 100,00% | 0,00% | 0,00% |
| 2A | 98,98% | 1,02% | 0,00% |
| 2B | 72,86% | 17,09% | 10,05% |
| 2C | 91,36% | 7,41% | 1,23% |
| 3A | 63,10% | 24,83% | 12,07% |
| 3B | 42,99% | 35,13% | 21,88% |
| 4A | 43,24% | 32,43% | 24,32% |
| 4B | 24,38% | 39,83% | 35,62% |
| 4C | 20,09% | 39,23% | 40,60% |

Fonte: Elaborada a partir de IBGE (2016)

O **tipo CD 4**, no qual as Cidades possuem menos de 20 mil habitantes, corresponde à classificação em que está a maior parte dos Municípios brasileiros (mais de 64%, grande maioria formada por Municípios não participantes de Arranjos Populacionais). Já quase não existem Centro Sub-Regionais (com exceção de Capanema (PR) e o Arranjo de Cerro Largo/RS, que são Centros Sub-Regionais B com menos de 20 mil habitantes). No tipo CD 4, a população rural passa a ter participação média, sendo que quase 40% dos Municípios do subtipo CD 4B já somam entre 25% e 50% da população total do Município residindo no meio rural. Observa-se a ocorrência do tipo CD 4 em Municípios distribuídos por todo o País, com uma concentração relativamente menor no Pará, Amazonas e Pernambuco, visto que nestes estados há predominância do tipo CD 3.

No subtipo CD 4C, no qual as Cidades possuem menos de 5 mil habitantes, o único Arranjo Populacional nesta classificação foi o Arranjo Populacional de Serranos - Seritinga/MG, com dois Municípios e menos de 4 mil habitantes no total. Como ocorre com os demais subtipos, o CD 4C é formado quase exclusivamente por Centros Locais, de modo que a única Cidade com hierarquia maior que a mínima é o Centro de Zona B Chiapetta (RS), com população de 4.044 habitantes em 2010. Neste subtipo, a maior parte dos Municípios possui alta participação da população rural: em 41% dos Municípios do subtipo CD 4C, a população rural é mais da metade da população total. Observando a distribuição no País, nota-se a quase ausência desse subtipo nos estados do Amazonas, Pará, Roraima, Bahia, Ceará, Maranhão, Pernambuco, Espírito Santo e Rio de Janeiro. Por outro lado, é o subtipo mais numeroso nos estados do Tocantins, Rio Grande do Sul e Goiás.

Tabela 11 – Distribuição percentual dos tipos segundo Unidades da Federação

| Percentual dos Municípios por Tipos segundo Unidade da Federação | | | | |
|--|----------------|---------------|---------------|---------------|
| UF | Tipo CD 1 | Tipo CD 2 | Tipo CD 3 | Tipo CD 4 |
| AC | 0,00% | 4,55% | 31,82% | 63,64% |
| AM | 1,61% | 1,61% | 51,61% | 45,16% |
| AP | 0,00% | 12,50% | 18,75% | 68,75% |
| PA | 2,78% | 4,86% | 63,19% | 29,17% |
| RO | 0,00% | 5,77% | 28,85% | 65,38% |
| RR | 0,00% | 6,67% | 6,67% | 86,67% |
| TO | 0,00% | 1,44% | 8,63% | 89,93% |
| AL | 8,82% | 0,98% | 35,29% | 54,90% |
| BA | 2,40% | 2,88% | 37,41% | 57,31% |
| CE | 4,35% | 3,26% | 43,48% | 48,91% |
| MA | 2,30% | 2,76% | 39,63% | 55,30% |
| PB | 2,69% | 3,14% | 11,21% | 82,96% |
| PE | 8,11% | 2,16% | 47,03% | 42,70% |
| PI | 0,45% | 0,45% | 11,61% | 87,50% |
| RN | 2,99% | 0,60% | 13,17% | 83,23% |
| SE | 16,00% | 0,00% | 28,00% | 56,00% |
| ES | 7,69% | 6,41% | 34,62% | 51,28% |
| MG | 2,70% | 7,03% | 17,70% | 72,57% |
| RJ | 22,83% | 30,43% | 28,26% | 18,48% |
| SP | 10,39% | 17,52% | 26,20% | 45,89% |
| PR | 4,51% | 7,02% | 15,79% | 72,68% |
| RS | 5,84% | 7,24% | 14,49% | 72,43% |
| SC | 3,39% | 13,56% | 15,59% | 67,46% |
| GO | 9,35% | 2,85% | 17,07% | 70,73% |
| MS | 1,27% | 5,06% | 27,85% | 65,82% |
| MT | 1,42% | 1,42% | 19,86% | 77,30% |
| DF | 100,00% | 0,00% | 0,00% | 0,00% |
| Total Geral | 4,97% | 6,79% | 24,17% | 64,08% |

Fonte: Elaborada a partir de IBGE (2016)

7.3.2. Recortes regionais, plano diretor e fragilidade dos Municípios

Analisando a distribuição dos tipos e subtipos de acordo com outros recortes, observamos perfis distintos de acordo com cada tipo de divisão.

Tabela 11 – Percentual de Municípios brasileiros por subtipo, segundo divisões regionais

Tabela 12 – Percentual de Municípios brasileiros por subtipo, segundo divisões regionais

| Subtipos | Geral | Faixa de fronteira | Costeiros | Amazônia Legal | Semiárido | Terra indígena oficialmente delimitada |
|----------|--------|--------------------|-----------|----------------|-----------|--|
| 1A | 1,01% | | 5,87% | 0,52% | 0,08% | 1,26% |
| 1B | 3,93% | | 16,93% | 0,78% | 0,32% | 1,68% |
| 1C | 0,04% | | | 0,13% | | |
| 2A | 1,76% | 1,53% | 3,84% | 0,39% | 0,55% | 1,26% |
| 2B | 3,57% | 2,04% | 4,51% | 0,39% | 0,55% | 0,42% |
| 2C | 1,45% | 0,85% | 3,39% | 2,33% | 0,87% | 3,35% |
| 3A | 5,21% | 3,40% | 7,90% | 4,02% | 2,46% | 3,56% |
| 3B | 18,96% | 16,16% | 26,64% | 29,40% | 24,33% | 32,70% |
| 4A | 1,33% | 1,70% | 0,68% | 1,17% | 0,63% | 0,21% |
| 4B | 41,83% | 44,73% | 26,41% | 44,95% | 53,65% | 46,33% |
| 4C | 20,92% | 29,59% | 3,84% | 15,93% | 16,56% | 9,22% |

Fontes: Elaborada a partir de IBGE (2016, 2021(a), 2021(b), 2021(c), 2021(d), 2021(e))

Dentre os que compõem a **faixa de fronteira** (588 Municípios com área total ou parcialmente localizada na faixa de 150 km a partir da fronteira do País), não se encontra nenhum Município do tipo CD 1, correspondente às Grandes Concentrações. Os mais frequentemente encontrados são os do tipo CD 4 (menores que 20.000 habitantes), sobretudo do subtipo CD 4C (menos de 5.000 habitantes), com ocorrência quase 10% superior à distribuição encontrada nos Municípios brasileiros como um todo.

Situação oposta se verifica quanto ao perfil dos **Municípios Costeiros**: enquanto os Municípios pertencentes às Grandes Concentrações perfazem quase 5% do total de Municípios brasileiros, somam mais de 22% dos Municípios Costeiros, todos participantes de Arranjos Populacionais (6% como núcleos e subnúcleos, subtipo CD 1A, e 17% como demais integrantes, subtipo CD 1B). Mesmo dentre as Médias Concentrações, que são os Municípios classificados no tipo CD 2, e Pequena Concentrações do tipo CD 3 (entre 20.000 e 100.000 habitantes), a participação dos Municípios Costeiros é superior à ocorrência nacional, indicando a maior incidência de Municípios de maior porte populacional na costa brasileira.

Quanto aos Municípios pertencentes à **Amazônia Legal**, embora todos os subtipos sejam encontrados, observa-se concentração maior de Municípios não participantes de Arranjo Populacional de Médias Concentrações (subtipo CD 2C) e Pequena Concentrações com população entre 20.000 e 100.000 habitantes (tipo CD 3), comparando à ocorrência nacional. Assim como ocorre no perfil dos Municípios Costeiros, o subtipo CD 4C (correspondente aos Municípios com menos de 5.000 habitantes) é menos prevalente na Amazônia Legal em relação ao restante do País.

O perfil dos Municípios do **Semiárido** brasileiro, por sua vez, é praticamente restrito aos tipos de pequena concentração populacional: quase 98% dos Municípios do Semiárido

estão nos tipos CD 3 e CD 4. A maior ocorrência são os Municípios não participantes de Arranjo Populacional entre 5.000 e 20.000 habitantes (subtipo CD 4B), com mais da metade dos casos.

Os Municípios com **Terra Indígena oficialmente delimitada** se distribuem por quase todos os subtipos municipais, inclusive em Grandes e Médias Concentrações (tipos CD 1 e 2). Sua ocorrência é maior do que a apresentada pelos Municípios brasileiros como um todo nos subtipos CD 3B e 4B (respectivamente, Municípios entre 20.000 e 100.000 habitantes e entre 5.000 e 20.000 habitantes que não participam de Arranjos Populacionais).

Verificando os Municípios que possuem **Plano Diretor**, observa-se que, em geral, a presença se reduz em tipos de menor contingente populacional total. Municípios integrantes de Grandes e Médias Concentrações tendem a possuir Plano Diretor, menor entre participantes de Arranjos Populacionais que não são núcleos nem subnúcleos: o subtipo CD 2B, com apenas 60% dos Municípios com Plano Diretor, contrasta com os núcleos e subnúcleos (subtipo CD 2A) e Municípios não integrados (CD 2C), nos quais quase a totalidade dos Municípios possuem Plano Diretor.

No tipo 3, na faixa populacional em que há obrigatoriedade legal da realização de Plano Diretor, 65% dos integrantes de Arranjo Populacional possuem (subtipo CD 3A), enquanto 88% dos Municípios não integrados estão na mesma situação (subtipo CD 3B). Cabe destacar que Arranjos Populacionais do tipo CD 3 podem ter Municípios abaixo de 20.000 habitantes, mesmo que o Arranjo do qual faz parte some mais do que este limiar.

Já no tipo CD 4, em que não há obrigatoriedade legal de haver Plano Diretor, Municípios que integram Arranjos Populacionais tendem a possuir mais do que os Municípios não integrados. No conjunto desses tipos, cerca de um terço dos Municípios apresentam Plano Diretor.

Tabela 13 – Percentual de Municípios com Plano Diretor segundo Tipos e Subtipos

| Tipos | Percentual de Municípios com Plano Diretor | Subtipos | Percentual de Municípios com Plano Diretor | Número de Municípios |
|--|--|------------------------------|--|----------------------|
| Tipo CD 1 | | 1A Núcleos e Subnúcleos AP | 100,00% | 56 de 56 |
| Cidades grandes (acima 750mil hab.) | 94,58% | 1B Demais participantes AP | 93,15% | 204 de 219 |
| | | 1C Municípios não integrados | 100,00% | 2 de 2 |
| | | Tipo CD 2 | | |
| Cidades médias (entre 100 e 750 mil hab.) | 79,10% | 2A Núcleos e Subnúcleos AP | 98,98% | 97 de 98 |
| | | 2B Demais participantes AP | 60,80% | 121 de 199 |
| | | 2C Municípios não integrados | 100,00% | 81 de 81 |
| Tipo CD 3 | | 3A Integrantes AP | 64,83% | 188 de 290 |
| Cidades pequenas (entre 20 e 100 mil hab.) | 83,36% | 3B Municípios não integrados | 88,45% | 934 de 1056 |
| | | Tipo CD 4 | | |
| Cidades muito pequenas (menos de 20 mil hab.) | 33,15% | 4A Integrantes AP | 41,89% | 31 de 74 |
| | | 4B Municípios não integrados | 34,55% | 805 de 2330 |
| | | 4C Todos os Municípios | 29,79% | 347 de 1165 |

Fontes: Elaborada a partir de IBGE (2016), MUNIC, 2018 apud Funari et al., 2020

Analisando os indicadores de fragilidade dos Municípios levantados pelo IPEA, elencados no documento de subsídios para a Política Nacional de Desenvolvimento Urbano (FUNARI et al., 2020), a maior faixa fragilidade tende a ocorrer não apenas quanto menor é o contingente populacional de cada tipo da Tipologia em escala Municipal, mas, dentro dos tipos, tende a ser maior em Municípios que participam de Arranjos Populacionais, exceto núcleos e subnúcleos.

No tipo CD 1, das Grandes Concentrações, enquanto Municípios não integrados, núcleos e subnúcleos de Arranjos Populacionais possuem indicadores de fragilidade Muito Baixo e Baixo como faixas de maior frequência, os participantes de Arranjo Populacional que não são núcleos nem subnúcleos possuem indicadores de fragilidade Médio Baixo, com Municípios que chegam até a faixa de alta fragilidade.

A mesma observação pode ser realizada para as Médias Concentrações, no tipo CD 2: 65% dos Municípios que são núcleos e subnúcleos de Arranjos Populacionais estão na faixa de menor fragilidade, enquanto apenas 21% dos demais participantes de Arranjos Populacionais estão nessa mesma faixa; a faixa mais frequente dentre esses Municípios do subtipo CD 2B é Média Baixa. Entre os Municípios não integrados desse mesmo tipo CD 2 (subtipo CD 2C), novamente a faixa de maior frequência é a de menor fragilidade, com 48% dos Municípios.

Tabela 14 – Percentual dos Municípios de acordo com Indicadores de Fragilidade dos Municípios (IPEA)

| Subtipos | Muito Alto | Alto | Médio Alto | Médio Baixo | Baixo | Muito Baixo |
|----------|------------|--------|---------------|---------------|---------------|---------------|
| 1A | | | 3,57% | 10,71% | 33,93% | 51,79% |
| 1B | | 3,20% | 12,33% | 34,25% | 29,22% | 21,00% |
| 1C | | | | | 50,00% | 50,00% |
| 2A | | | | 14,29% | 20,41% | 65,31% |
| 2B | 0,50% | 2,01% | 13,57% | 39,20% | 23,62% | 21,11% |
| 2C | 1,23% | 2,47% | 8,64% | 20,99% | 18,52% | 48,15% |
| 3A | 3,45% | 5,17% | 21,03% | 26,55% | 25,86% | 17,93% |
| 3B | 5,68% | 12,03% | 23,96% | 23,11% | 17,42% | 17,80% |
| 4A | 9,46% | 9,46% | 17,57% | 39,19% | 17,57% | 6,76% |
| 4B | 14,51% | 18,71% | 23,73% | 24,33% | 13,22% | 5,49% |
| 4C | 10,90% | 14,08% | 31,42% | 28,58% | 12,02% | 3,00% |
| TOTAL | 9,77% | 13,68% | 23,50% | 25,85% | 15,91% | 11,29% |

Fontes: Elaborada a partir de IBGE (2016) e Funari et al., 2020.



Nos tipos CD 3 e 4, correspondentes às Pequenas Concentrações, nenhum dos subtipos possui como faixa de fragilidade mais frequente as duas menores. Nestes tipos, Municípios que participam de Arranjo Populacional apresentam em geral menor fragilidade que os Municípios não integrados: nas Cidades de 20.000 a 100.000 habitantes que fazem parte de Arranjo Populacional (subtipo CD 3A), a faixa de fragilidade prevalente é Média Baixa, enquanto nos Municípios que não fazem parte de Arranjo Populacional (subtipo CD 3B) é Média Alta; nas Cidades de 5.000 a 20.000 habitantes (subtipos CD 4A e 4B), embora a faixa prevalente seja Média Baixa para os dois subtipos, Municípios que fazem parte de Arranjos Populacionais (subtipo CD 4A) apresentam 36% dos Municípios enquadrados abaixo dessa faixa, enquanto Municípios que não fazem parte de Arranjo Populacional (subtipo CD 4B) totalizam 57% na mesma situação, sendo 15% na faixa de mais alta fragilidade. No subtipo CD 4C, das Cidades com menos de 5.000 habitantes, apenas 3% alcançaram a faixa de menor fragilidade, havendo a prevalência da faixa Média Alta.



8. REFERÊNCIAS

BRASIL. LEI COMPLEMENTAR Nº 94, DE 19 DE FEVEREIRO DE 1998. Autoriza o Poder Executivo a criar a Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno - RIDE e instituir o Programa Especial de Desenvolvimento do Entorno do Distrito Federal, e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, 20 fev. 1998.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília: Senado Federal, Centro Gráfico, 1988.

BRASIL. Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001. Regulamenta os artigos 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, 2001.

BRASIL. Lei nº 13.089, de 12 de janeiro de 2015. Institui o Estatuto da Metrópole, altera a Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001, e dá outras providências. Brasília: Diário Oficial da União. Recuperado em 24 de março de 2015, de www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato20152018/2015/Lei/L13089.htm.

FUNARI, A. P.; LUI, L.; FERREIRA JUNIOR, C. H. C. A agenda urbana e a escala municipal: elementos para a discussão topológica de municípios. Brasília: IPEA, 2020. Disponível em: <https://www.gov.br/mdr/pt-br/assuntos/desenvolvimento-urbano/politica-nacional-de-desenvolvimento-urbano/NT2Agendaurbanaeescalamunicipal_elementosparadiscusotipologiademunicipios.pdf>. Acesso em set. 2022.

IBGE. Regiões de influência das Cidades 2007. Rio de Janeiro, 2008. 201p. Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/bibliotecacatalogo?view=detalhes&id=240677>>. Acesso em out. 2021.

IBGE. Arranjos populacionais e concentrações urbanas no Brasil. 2.ed. Rio de Janeiro: IBGE, 2016. 167 p. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/geociencias/organizacao-do-territorio/divisao-regional/15782-arranjos-populacionais-e-concentracoes-urbanasdobrasil.html?edicao=15944&t=acesso-ao-produto>>. Acesso em: jan. 2020.

IBGE. Divisão regional do Brasil em regiões geográficas imediatas e regiões geográficas intermediárias 2017. Rio de Janeiro: IBGE, 2017. Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=2100600>>. 82p. Acesso em out. 2021.

IBGE. Regiões de influência das Cidades 2018. Rio de Janeiro: IBGE, 2020(a). Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/geociencias/organizacao-do-territorio/redes-e-fluxosgeograficos/15798-regioes-de-influencia-das-cidades.html?=&t=acesso-ao-produto>>. Acesso em: 25 out. 2020.

IBGE. Regiões de influência das Cidades 2018: Insumos para a Política Nacional de Desenvolvimento Urbano e Regional. Relatório técnico – Primeiros resultados. Rio de Janeiro: IBGE, 2020(b).

IBGE. Municípios da Faixa de Fronteira e Cidades Gêmeas. Edição 2021(a). Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/geociencias/organizacao-do-territorio/estrutura-territorial/24073-municipios-da-faixa-de-fronteira.html?=&t=acesso-ao-produto>. Acesso em: ago 2022.



IBGE. Municípios Costeiros. Edição 2021(b). Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/geociencias/organizacao-do-territorio/estrutura-territorial/34330-municipios-costeiros.html?edicao=34336&t=acesso-ao-produto>. Acesso em: ago 2022.

IBGE. Amazônia Legal. Edição 2021(c). Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/geociencias/organizacao-do-territorio/estrutura-territorial/15819-amazonia-legal.html?edicao=34299&t=acesso-ao-produto>. Acesso em: ago 2022.

IBGE. Semiárido Brasileiro. Edição 2021(d). Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/geociencias/organizacao-do-territorio/estrutura-territorial/15974-semiarido-brasileiro.html?t=acesso-ao-produto>. Acesso em: ago 2022.

IBGE. Base de Informações sobre os Povos Indígenas e Quilombolas. Rio de Janeiro, 2021 (e). Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/geociencias/organizacao-do-territorio/tipologias-do-territorio/27480-base-de-informacoes-sobre-os-povos-indigenas-e-quilombolas.html?edicao=27481&t=acesso-ao-produto>. Acesso em: ago 2022.

IBGE. Regiões Metropolitanas, Aglomerações Urbanas e Regiões Integradas de Desenvolvimento. Rio de Janeiro: IBGE, 2022. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/geociencias/organizacao-do-territorio/estrutura-territorial/18354-regioes-metropolitanas-aglomeracoes-urbanas-e-regioes-integradas-de-desenvolvimento.html?=&t=acesso-ao-produto>. Acesso em: ago. 2022.

IPEA. A agenda urbana e a escala municipal: elementos para discussão tipológica de municípios, 2020.

MARGUTI, Bárbara O.; COSTA, Marco A.; FUNARI, Armando P.; JUNIOR, Edmar A. S. A.; LUI, Lizandro. A agenda Urbana na Escala Supramunicipal: Estudo para uma hierarquia dos arranjos institucionais para políticas públicas. Nota Técnica 1.3: Agenda urbana para desenvolvimento urbano. Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA, 2020. Disponível em: https://www.gov.br/mdr/pt-br/assuntos/desenvolvimento-urbano/politica-nacional-de-desenvolvimento-urbano/NT3Agendaurbananaescalasupramunicipal_Estudoparauma hierarquiosarranjosi nstitucionaisparapoliticaspblicas.pdf. Acesso em: jul. 2022.

MDR – MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL. Bases para a atualização colaborativa da Agenda Nacional de Desenvolvimento Urbano Sustentável. Brasília: MDR, 2021. Disponível em: https://www.gov.br/mdr/pt-br/assuntos/desenvolvimento-urbano/politica-nacional-de-desenvolvimento-urbano/PNDU_TextoBase.pdf. Acesso em: nov. 2021.